

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	82
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	85
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1
Preferenciais	0
Total	1
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	76.568.354	80.399.096
1.01	Ativo Circulante	8.348.042	8.741.380
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.981.201	3.961.872
1.01.02	Aplicações Financeiras	993.849	3.098.717
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	992.814	3.096.162
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	81.978	53.286
1.01.02.01.03	Títulos Designados a VJ por Meio do Resultado	612.400	985.636
1.01.02.01.06	Ações	296.697	2.057.240
1.01.02.01.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.739	0
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.035	2.555
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	1.035	2.555
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.372.992	1.680.791
1.01.08.03	Outros	1.372.992	1.680.791
1.01.08.03.01	Venda a Prazo de Títulos e Valores Mobiliários	29.246	358.223
1.01.08.03.02	(-) Provisão para redução ao valor recuperável	-10.821	-85.558
1.01.08.03.03	Direitos Recebíveis	227	1.494
1.01.08.03.04	(-) Provisão para redução ao valor recuperável	246	-208
1.01.08.03.05	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Receber	165.933	161.700
1.01.08.03.06	Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	657.179	648.687
1.01.08.03.07	Devedores por depósitos em garantia	4.688	14.235
1.01.08.03.11	Cessão de direito de capitalização	516.809	516.703
1.01.08.03.12	Bens não de uso próprio	999	999
1.01.08.03.20	Outros	8.486	64.516
1.02	Ativo Não Circulante	68.220.312	71.657.716
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	53.260.707	57.048.473
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	46.488.948	50.112.153
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	246.568	263.830
1.02.01.01.03	Títulos Designados a VJ por Meio do Resultado	2.509.456	3.108.301
1.02.01.01.04	Ações	41.810.238	44.971.353
1.02.01.01.06	Cotas de Fundos de Investimento	1.599.800	1.446.304
1.02.01.01.07	Instrumentos financeiros derivativos	322.886	322.365
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	5.155.293	5.199.055
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	5.155.293	5.199.055
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.616.466	1.737.265
1.02.01.09.03	Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	1.066.306	978.148
1.02.01.09.04	(-) Provisão para redução ao valor recuperável	-384.784	-232.876
1.02.01.09.05	Direitos recebíveis	70.856	170.082
1.02.01.09.06	(-) Provisão para redução ao valor recuperável	-32.809	-42.335
1.02.01.09.07	Incentivos fiscais	214.194	214.194
1.02.01.09.09	Devedores por depósitos em garantia	682.213	649.647
1.02.01.09.20	Outros	490	405
1.02.02	Investimentos	14.959.605	14.609.243
1.02.02.01	Participações Societárias	14.959.605	14.609.243
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	14.959.605	14.609.243

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	76.568.354	80.399.096
2.01	Passivo Circulante	142.141	1.160.592
2.01.03	Obrigações Fiscais	64.807	123.074
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	64.807	123.074
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	54.509	93.681
2.01.03.01.02	Outros Impostos e Contribuições	10.298	29.393
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	12.513	919.613
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	41.574
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	41.574
2.01.04.02	Debêntures	12.513	878.039
2.01.05	Outras Obrigações	61.420	117.905
2.01.05.02	Outros	61.420	117.905
2.01.05.02.04	Passivo atuarial - PBB	13.043	12.352
2.01.05.02.05	Passivo atuarial - PAS	14.046	12.719
2.01.05.02.11	Despesas administrativas a pagar	22.463	74.335
2.01.05.02.20	Diversas	11.868	18.499
2.01.06	Provisões	3.401	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.401	0
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.401	0
2.02	Passivo Não Circulante	3.886.783	5.232.491
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.810.660	2.308.484
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	511.719
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	511.719
2.02.01.02	Debêntures	1.810.660	1.796.765
2.02.02	Outras Obrigações	699.565	660.211
2.02.02.02	Outros	699.565	660.211
2.02.02.02.03	Passivo atuarial - PBB	380.482	370.430
2.02.02.02.04	Passivo atuarial - PAS	319.083	284.128
2.02.02.02.07	Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários	0	5.653
2.02.03	Tributos Diferidos	126.702	1.056.777
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	126.702	1.056.777
2.02.04	Provisões	1.249.856	1.207.019
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.249.856	1.207.019
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.869	15.213
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.245.987	1.191.806
2.03	Patrimônio Líquido	72.539.430	74.006.013
2.03.01	Capital Social Realizado	60.344.504	60.344.504
2.03.01.01	Capital Social	60.344.504	60.344.504
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.871.742	-5.121.252
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.508.530	18.872.142
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-211.712	43.542
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-230.150	-132.923

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	530.645	1.817.406	-18.182	196.789
3.01.01	Dividendos	106.284	134.661	239.693	248.438
3.01.02	Juros sobre capital próprio	406.930	411.023	7.580	7.580
3.01.03	Resultado com alienações de títulos de renda variável	104.435	1.233.138	170.925	617.039
3.01.05	Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-122.684	-111.151	-429.507	-600.537
3.01.06	Resultado com fundos de investimento em participações societárias	35.680	149.735	-6.873	-75.731
3.03	Resultado Bruto	530.645	1.817.406	-18.182	196.789
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-766.088	-575.026	-1.821.925	-4.975.909
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-123.320	-219.225	-118.141	-273.883
3.04.02.01	Provisão para contingências trabalhistas	-32.073	-54.073	-29.727	-52.738
3.04.02.02	Remuneração da diretoria e conselheiros	-260	-332	-252	-341
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-34.343	-79.035	-60.679	-133.040
3.04.02.05	Despesas com tributos	-61.742	-93.328	-36.495	-91.486
3.04.02.06	Atualização monetária de ativos - SELIC	16.180	31.976	17.300	33.178
3.04.02.07	Despesas administrativas	-10.286	-20.118	-18.738	-42.154
3.04.02.20	Diversas	-796	-4.315	10.450	12.698
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.392	284.303	29.827	34.525
3.04.04.01	Participações societárias	1.392	284.303	29.827	34.525
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-473.600	-719.656	-1.652.742	-4.774.686
3.04.05.02	Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos	-473.600	-719.656	-1.652.742	-4.774.686
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-170.560	79.552	-80.869	38.135
3.04.06.01	Receita de equivalência patrimonial	556.479	1.243.106	582.184	1.261.436
3.04.06.02	Despesa de equivalência patrimonial	-727.039	-1.163.554	-663.053	-1.223.301
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-235.443	1.242.380	-1.840.107	-4.779.120
3.06	Resultado Financeiro	290.194	626.441	452.961	872.531
3.06.01	Receitas Financeiras	379.559	853.716	548.838	1.087.472
3.06.01.01	Receitas de operações de crédito	31.571	68.147	28.239	38.669
3.06.01.02	Títulos e valores mobiliários	347.988	785.569	520.599	1.048.803

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.06.02	Despesas Financeiras	-89.365	-227.275	-95.877	-214.941
3.06.02.01	Encargos financeiros referentes a emissão de debêntures	-35.894	-84.316	-112.812	-254.459
3.06.02.02	Encargos financeiros referentes a obrigações perante o BNDES	-4.738	-17.477	-11.950	-23.612
3.06.02.05	Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	-48.733	-125.482	28.885	63.130
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	54.751	1.868.821	-1.387.146	-3.906.589
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-46.170	-619.311	111.148	786.348
3.08.01	Corrente	-247.551	-282.478	-143.472	-352.731
3.08.02	Diferido	201.381	-336.833	254.620	1.139.079
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	8.581	1.249.510	-1.275.998	-3.120.241
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	8.581	1.249.510	-1.275.998	-3.120.241
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)	8.581.000,00000	1.249.510.000,00000	0,00000	0,00000
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	8.581.000,00000	1.249.510.000,00000	-1.275.998.000,00000	-3.120.241.000,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	8.581.000,00000	1.249.510.000,00000	-1.275.998.000,00000	-3.120.241.000,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	8.581	1.249.510	-1.275.998	-3.120.241
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.750.833	-2.716.093	1.309.186	5.075.135
4.02.01	Ajuste a Valor Justo de Títulos Próprios	-2.655.395	-1.787.865	1.785.085	5.938.143
4.02.02	Ajuste a Valor Justo de Títulos de Coligadas	-3.519	91.944	54.798	45.266
4.02.03	Ganhos ou perdas atuariais	-18.969	-27.696	-179.465	-175.712
4.02.04	Realização do Ajuste a Valor Justo de Títulos Próprios	-55.665	-667.691	-111.307	-401.023
4.02.05	Ajuste Acumulado de Conversão de Coligadas	-74.698	-255.255	-219.459	-374.260
4.02.07	Outros Resultados Abrangentes de Coligadas	57.413	-69.530	-20.466	42.721
4.03	Resultado Abrangente do Período	-2.742.252	-1.466.583	33.188	1.954.894

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.796.047	2.261.929
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.576.784	1.671.956
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.868.821	-3.906.589
6.01.01.02	Constituição (reversão) da provisão para redução ao valor recuperável	125.482	-63.130
6.01.01.03	Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	54.073	52.738
6.01.01.04	Resultado de participações em coligadas	-79.553	-38.135
6.01.01.05	Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	-308.245	0
6.01.01.06	Depreciação	1.372	2.412
6.01.01.08	Ganho na compra vantajosa de investimentos	0	-4.698
6.01.01.10	Constituição (reversão) da provisão para perdas de investimentos	719.656	4.774.686
6.01.01.11	Resultado com instrumentos financeiros derivativos	111.151	600.537
6.01.01.14	Atualização monetária de debêntures	84.027	254.135
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	219.263	589.973
6.01.02.01	Diminuição (aumento) líquido em créditos por venda a prazo de TVM e direitos recebíveis	283.021	-430.224
6.01.02.02	Diminuição (aumento) líquido de títulos e valores mobiliários	866.146	1.359.761
6.01.02.03	Diminuição (aumento) líquido nas demais contas do ativo	18.724	117.819
6.01.02.04	Aumento (diminuição) líquida nas obrigações por empréstimos e repasses	-553.293	24.669
6.01.02.06	Aumento (diminuição) líquida nas demais contas do passivo	-290.352	-301.174
6.01.02.08	IR e CSLL pagos	-104.983	-180.878
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	158.940	341.021
6.02.01	Venda de ativos de investimentos	-41.988	1.437
6.02.02	Compra de ativos de investimentos	-4.948	-90.939
6.02.03	Recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio de coligadas	205.876	430.523
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-935.658	-139.516
6.03.02	Amortização das obrigações por emissão de debêntures	-935.658	-139.516
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.019.329	2.463.434
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.961.872	1.589.768
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.981.201	4.053.202

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	60.344.504	0	0	-5.121.252	18.782.761	74.006.013
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	60.344.504	0	0	-5.121.252	18.782.761	74.006.013
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.249.510	-2.716.093	-1.466.583
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.249.510	0	1.249.510
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.716.093	-2.716.093
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-3.720.539	-3.720.539
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.264.983	1.264.983
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	22.414	22.414
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-255.255	-255.255
5.05.02.06	Ganhos ou perdas atuariais	0	0	0	0	-29.622	-29.622
5.05.02.07	Tributos s/ ganhos ou perdas atuariais	0	0	0	0	1.926	1.926
5.07	Saldos Finais	60.344.504	0	0	-3.871.742	16.066.668	72.539.430

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

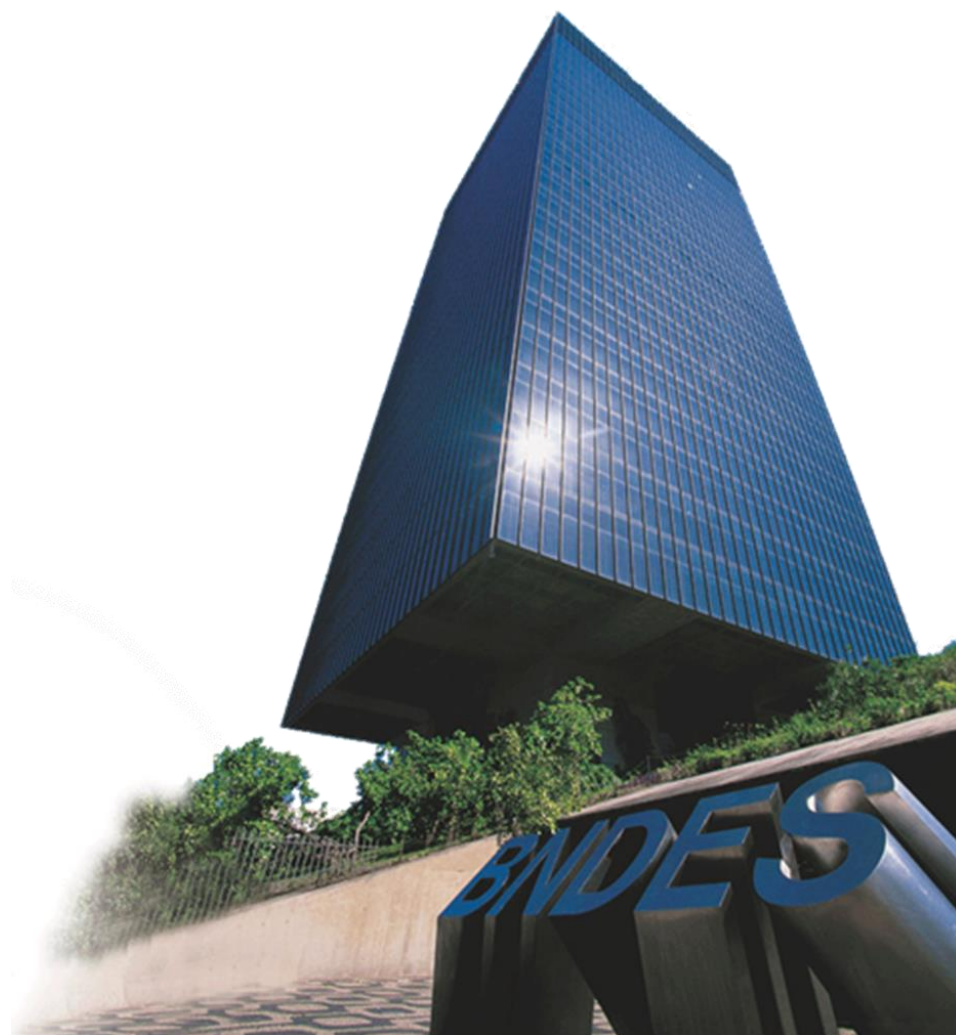
Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	60.344.504	0	0	-4.118.948	5.207.696	61.433.252
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	60.344.504	0	0	-4.118.948	5.207.696	61.433.252
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.120.241	5.075.135	1.954.894
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.120.241	0	-3.120.241
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.075.135	5.075.135
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	8.389.576	8.389.576
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-2.852.456	-2.852.456
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	87.987	87.987
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-374.260	-374.260
5.05.02.06	Ganhos ou perdas atuariais	0	0	0	0	-184.136	-184.136
5.05.02.07	Tributos s/ ganhos ou perdas atuariais	0	0	0	0	8.424	8.424
5.07	Saldos Finais	60.344.504	0	0	-7.239.189	10.282.831	63.388.146

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	2.492.529	1.167.525
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	853.716	1.087.472
7.01.02	Outras Receitas	1.638.813	16.923
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	63.130
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.071.922	-5.134.227
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-210.991	-359.727
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-15.793	-32.981
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-845.138	-4.741.519
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.420.607	-3.966.702
7.04	Retenções	-1.372	-2.412
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.372	-2.412
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.419.235	-3.969.114
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	625.236	294.153
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	79.552	38.135
7.06.03	Outros	545.684	256.018
7.06.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	545.684	256.018
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.044.471	-3.674.961
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.044.471	-3.674.961
7.08.01	Pessoal	67.014	113.776
7.08.01.01	Remuneração Direta	38.336	69.145
7.08.01.02	Benefícios	24.426	37.832
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.243	6.750
7.08.01.04	Outros	9	49
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	724.993	-675.257
7.08.02.01	Federais	724.080	-676.828
7.08.02.03	Municipais	913	1.571
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.954	6.761
7.08.03.02	Aluguéis	2.954	6.761
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.249.510	-3.120.241
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.249.510	-3.120.241



Relatório da Administração 2º Trimestre de 2017





Senhor acionista e demais interessados:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias e em linha com as melhores práticas de governança corporativa, apresentamos o Relatório da BNDES Participações S.A (BNDESPAR) relativo ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2017.

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O cenário internacional continua mostrando um quadro mais benigno para o nível de atividade, tanto para economias avançadas, quanto para emergentes. Esse fato vem tendo consequências positivas nos influxos de capitais líquidos para economias emergentes. Por outro lado, os preços de *commodities*, que vinham apresentando alta desde meados de 2016, sofreram uma correção no curto prazo, com quedas no petróleo e no minério de ferro, mas que não deve configurar tendência baixista nos preços.

O cenário doméstico caracterizou-se, no 1º trimestre de 2017, pela interrupção da sequência de oito trimestres de contração da atividade econômica no Brasil. O PIB apresentou crescimento de 1,0% no trimestre em relação ao 4º trimestre de 2016, na série livre de influências sazonais. Todavia, esse resultado não pode ser considerado como tendencial, pois foi pontualmente beneficiado pela forte expansão da produção agrícola. Para o 2º trimestre de 2017, os indicadores até agora disponíveis mostram sinais ambíguos. A taxa de desemprego continua em elevação, mas a queda da inflação já traz impactos positivos no rendimento real, elevando o poder de compra das famílias. Os saques das contas inativas do FGTS podem acelerar o processo de redução de dívidas das famílias, o que, associado à elevação dos indicadores de confiança, sugerem algum alento ao nível de atividade. A modulação da recuperação, no entanto, passa pela melhoria das condições no mercado de crédito. O maior fator de risco reside no cenário político.

Este contexto macroeconômico, de recuperação lenta e gradual, continua influenciando os indicadores de desempenho do BNDES. Os desembolsos do Banco acumularam R\$ 33,5 bilhões até junho de 2017, uma contração de 17% frente ao mesmo período de 2016. O destaque positivo no semestre se refere aos desembolsos da linha BNDES Progeren, destinada ao financiamento de capital de giro das empresas. A linha totalizou R\$ 3,3 bilhões em desembolsos no semestre, alta nominal de 367% em relação ao mesmo período de 2016.

A inflação corrente, bem como as expectativas inflacionárias para 2017 e para os próximos anos, tem sido beneficiada, no curto prazo, tanto pelo choque positivo de oferta advindo dos preços dos gêneros alimentícios, como também pelo comportamento dos preços mais sensíveis ao ciclo econômico (preço dos serviços). Nesse sentido, o Banco Central deu continuidade, em 2017, ao ciclo de flexibilização monetária iniciado em 2016, com uma redução total de 400 bps da taxa básica de juros, entre outubro de 2016 e maio de 2017. Contudo, o recrudescimento das incertezas políticas e seus efeitos sobre o andamento das reformas econômicas lançaram maior cautela quanto ao ritmo e à extensão do processo de queda dos juros.



No cenário fiscal, a grande novidade é o choque político que atingiu o país no fim de maio, com possíveis impactos no andamento da agenda de reformas. A Reforma da Previdência, vital para sustentação do teto de gastos, deverá, no mínimo, sofrer modificações frente à versão aprovada na Comissão Especial da Câmara. Do ponto de vista conjuntural, a arrecadação federal segue em queda, enquanto as despesas também sofrem um ajuste considerável, liderado pelas despesas discricionárias.

Por fim, as contas externas continuam a mostrar um bom desempenho, especialmente no que tange à balança comercial. Os investimentos diretos no país são mais que suficientes para o financiamento do déficit em conta corrente, tornando negativa a necessidade de financiamento externo do país.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O 1º SEMESTRE DE 2017

A BNDESPAR registrou lucro líquido de R\$ 9 milhões no 2T17, acumulando lucro líquido de R\$ 1,250 bilhão no 1S17, o que revelou recuperação dos resultados na comparação com 2016 (prejuízos líquidos de R\$ 1,276 bilhão no 2T16 e de R\$ 3,120 bilhões no 1S16), impulsionada pela melhora do resultado com participações societárias.

O crescimento do resultado líquido em 2017 foi impulsionado pela melhora do resultado com participações societárias, que passou de um prejuízo de R\$ 4,505 bilhões no 1S16 para um lucro de R\$ 1,462 bilhão no 1S17 (prejuízo de R\$ 1,722 bilhão no 2T16 para prejuízo de R\$ 112 milhões).

O ativo total da BNDESPAR atingiu R\$ 76,568 bilhões em 30/6/17, uma redução de R\$ 4,888 bilhões (6,0%) no 2T17 devido, principalmente, à queda de R\$ 4,961 bilhões (7,8%) da carteira de participações societárias, notadamente pela desvalorização das ações de Petrobras, Eletrobras e Vale.

Em relação ao *funding*, destaca-se no 2T17 a liquidação integral de mútuos em TJLP com o BNDES, no total de R\$ 571 milhões.

A redução de R\$ 1,518 bilhão (40,8%) das outras obrigações no 2T17 refletiu a queda de R\$ 1,597 bilhão (92,6%) dos tributos diferidos, originados, majoritariamente, dos ajustes a valor justo da carteira de títulos disponíveis para venda.

O patrimônio líquido alcançou R\$ 72,539 bilhões em 30/6/17, uma redução de R\$ 2,743 bilhões (3,6%) no trimestre decorrente do ajuste negativo a valor justo dos títulos disponíveis para venda, de R\$ 2,751 bilhões.



PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Resultado (R\$ milhões)	1S/17	1S/16	Δ (%)	2T/17	2T/16	Δ (%)
Resultado com Participações Societárias (RPS)	1.462	(4.505)	(132,5)	(112)	(1.722)	(93,5)
Resultado com Operações Financeiras	627	872	(28,2)	291	453	(35,8)
Outras Despesas, líquidas	(219)	(274)	(19,9)	(123)	(118)	4,2
Tributação sobre o Lucro	(619)	787	(178,7)	(47)	111	(142,3)
Lucro (prezúzo) Líquido	1.250	(3.120)	(140,1)	9	(1.276)	(100,7)
Posição Financeira (R\$ milhões)	Jun/17	Dez/16	Δ (%)	Jun/17	Mar/17	Δ (%)
Ativo Total (AT)	76.568	80.399	(4,8)	76.568	81.456	(6,0)
Disponibilidades	5.981	3.962	51,0	5.981	5.279	13,3
Debêntures	8.607	9.613	(10,5)	8.607	8.651	(0,5)
Participações Societárias (PS)	58.667	63.084	(7,0)	58.667	63.628	(7,8)
<i>Não Coligadas</i>	42.107	47.029	(10,5)	42.107	46.374	(9,2)
<i>Coligadas</i>	14.960	14.609	2,4	14.960	15.683	(4,6)
<i>Fundos de Participações</i>	1.600	1.446	10,7	1.600	1.571	1,8
Outros Ativos	3.313	3.740	(11,4)	3.313	3.898	(15,0)
Obrigações por Emissão de Debêntures	1.823	2.675	(31,9)	1.823	1.884	(3,2)
Obrigações de Mútuos com o BNDES	-	553	(100,0)	-	566	(100,0)
Outras Obrigações	2.206	3.165	(30,3)	2.206	3.724	(40,8)
Patrimônio Líquido (PL)	72.539	74.006	(2,0)	72.539	75.282	(3,6)
Indicadores Financeiros (%)	Jun/17	Dez/16		Jun/17	Mar/17	
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL / AT)	94,74%	92,05%		94,74%	92,42%	
Participações Societárias/Ativo Total (PS / AT)	76,62%	78,46%		76,62%	78,11%	
Rentabilidade (%)	1S/17	1S/16		2T/17	2T/16	
Retorno s/ Ativos $(LL/AT_{\text{médio}})^{1/2/}$	4,83%	-10,83%		0,07%	-9,17%	
Retorno s/ PL $(LL/PL_{\text{médio}})^{1/2/}$	4,49%	-11,29%		0,06%	-9,40%	
Retorno s/ Participações Societárias $(RPS/PS_{\text{média}})^{1/2/}$	8,55%	-24,32%		-1,31%	-19,49%	

^{1/} Média trimestral = (Trimestre anterior + Trimestre corrente)/2, excluído o ajuste a valor justo de sociedades não coligadas.

^{2/} Média semestral = (Dez exercício anterior + Jun exercício corrente)/2, excluído o ajuste a valor justo de sociedades não coligadas.



RESULTADO

A recuperação do resultado em 2017, tanto no 2º trimestre quanto no semestre, foi determinada, basicamente, pela melhora do resultado com participações societárias, reflexo de:

- redução de 71,3% da despesa com perdas em investimentos entre os trimestres (R\$ 1,653 bilhão no 2T16 e R\$ 112 milhões no 2T17) e de 84,9% entre os semestres (R\$ 4,775 bilhões no 1S16 para R\$ 720 milhões no 1S17);
- crescimento de 107,7% da receita com dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) entre os trimestres (R\$ 247 milhões no 2T16 e R\$ 513 milhões no 2T17) e de 113,3% entre os semestres (R\$ 256 milhões no 1S16 para R\$ 546 milhões no 1S17); e
- recuperação do resultado com derivativos de renda variável, que passou de uma perda de R\$ 430 milhões no 2T16 para uma perda de R\$ 123 milhões no 2T17 (perda de R\$ 601 milhões no 1S16 para perda de R\$ 111 milhões no 1S17).

A despesa com perdas em investimentos em sociedades coligadas representaram 97,5% e 96,9% do total da despesa com perdas no 2T17 e no 1S17, respectivamente.

Considerando os eventos recentes relacionados à investida JBS e seus controladores, que provocaram uma reação negativa do mercado e acarretaram uma grande volatilidade no valor das ações da empresa no período, a Administração da BNDESPAR considerou que a realização de cálculos estimados para fins de cálculo do valor de uso do investimento estaria demasiadamente sujeita às incertezas do momento. Com isso, decidiu adiar o teste do valor recuperável (teste de *impairment*) do investimento para o segundo semestre de 2017.

O crescimento da receita com dividendos e JCP no primeiro semestre de 2017 foi decorrente principalmente da distribuição realizada pela Vale (R\$ 247 milhões) no período, que representou 48,1% e 45,2% da receita total no 2T17 e no 1S17, respectivamente. Em 2016, a distribuição da AES Tietê respondeu por 63,3% e 61,1% da receita total do trimestre e do semestre, respectivamente.

O crescimento do resultado com derivativos embutidos em debêntures (R\$ 279 milhões entre os trimestres e R\$ 426 milhões entre os semestres) determinou a recuperação do resultado com derivativos de renda variável em 2017.

No 1S17, cabe destaque, ainda, ao resultado com alienações de participações, que alcançou R\$ 1,233 bilhão, um aumento de 99,8% em relação ao 1S16 (R\$ 617 milhões). As principais alienações realizadas no 1S17 foram de ações da Petrobras e da Rumo Logística, cujos resultados alcançaram R\$ 1,120 bilhão (90,8% do resultado total). No 1S16, as principais alienações foram de ações da Braskem e da Klabin, cujos resultados alcançaram R\$ 617 milhões (99,3% do resultado total).



A queda do resultado com operações financeiras em 2017 foi reflexo de:

- aumento no provisionamento para redução no valor recuperável da carteira. No 2T17, a despesa com provisão alcançou R\$ 49 milhões, contra uma receita de R\$ 29 milhões no 2T16 (despesa de R\$ 125 milhões no 1S17 contra uma receita de R\$ 63 milhões no 1S16); e
- queda na receita com debêntures, impactada pelas reduções na carteira média, de 14,8% entre os semestres e de 14,1% entre os trimestres.

A queda na despesa com obrigações por emissões de debêntures, que passou de R\$ 113 milhões no 2T16 para R\$ 36 milhões no 2T17 (R\$ 254 milhões no 1S16 para R\$ 84 milhões no 1S17), decorreu das reduções de 37,7% e 49,3% do saldo médio das obrigações entre os semestres e trimestres, respectivamente, em razão de liquidações integrais de debêntures simples da 1ª e 2ª séries da Segunda Oferta do Terceiro Programa (2012) em julho de 2016 no valor de R\$ 1,108 bilhão e de debêntures simples (série indexada ao IPCA) da Primeira Oferta no âmbito do Terceiro Programa (2010) no 1T17 no valor de R\$ 835 milhões, impactando no total de R\$ 1,943 bilhão.

A queda de 19,9% das outras despesas, líquidas entre os semestres decorreu da redução do percentual de rateio da BNDESPAR nas despesas administrativas e de pessoal do BNDES, apurado com base no resultado de intermediação financeira do exercício anterior, que passou de 19% em 2016 para 11% em 2017.

POSIÇÃO FINANCEIRA

A redução de 6,0% (R\$ 4,888 bilhões) dos ativos totais no 2T17 decorreu, especialmente, da queda de R\$ 4,961 bilhões (7,8%) da carteira de participações societárias.

A redução da carteira de participações societárias no trimestre resultou do declínio no valor justo das participações em sociedades não coligadas, reflexo, principalmente, da desvalorização da cotação em Bolsa das ações da Petrobras, Eletrobras e Vale.

A redução de 15,0% dos outros ativos no trimestre decorreu da queda de R\$ 299 milhões no saldo de venda a prazo de ações e de R\$ 134 milhões no saldo de JCP e dividendos a receber.

Em relação às fontes de recursos, destaca-se, no trimestre, a liquidação integral de mútuos em TJLP com o BNDES, no total de 571 milhões.

A queda do saldo de tributos diferidos, provocada pelos efeitos tributários do ajuste negativo a valor justo, majoritariamente, de participações em sociedades não coligadas, contribuiu para a queda de 30,3% das outras obrigações no trimestre. A valorização do valor justo de ativos enseja no reconhecimento de tributos diferidos e, de forma análoga, a desvalorização implica na reversão desse reconhecimento.

O impacto do ajuste negativo a valor justo dos títulos disponíveis para venda, líquido de tributos, de R\$ 2,751 bilhões, contribuiu para redução de R\$ 2,743 bilhões (3,6%) do patrimônio líquido no trimestre.



Destaca-se que, para a compreensão dos fatores responsáveis pela variação total da posição financeira da BNDESPAR no primeiro semestre de 2017, devem ser consideradas também as análises apresentadas no Relatório de Administração referente ao primeiro trimestre de 2017.

INSTRUÇÃO CVM 381/2003

Em conformidade à Instrução CVM nº 381/03, a BNDESPAR vem declarar que não possui qualquer tipo de contrato de prestação de serviços de consultoria com seus auditores independentes, Grant Thornton Auditores Independentes, caracterizando, assim, a inexistência de conflito de interesses ou comprometimento da objetividade desses auditores em relação ao serviço contratado.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes; aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; e ao mercado, pelo apoio e confiança indispensáveis.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais

30 de Junho de 2017

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

SUMÁRIO		
Demonstrações Financeiras Intermediárias	BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	3
	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	4
	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4
	DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	5
	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	7
	2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS ..	7
	3. ATIVOS FINANCEIROS.....	9
	4. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	12
	5. DEBÊNTURES.....	19
	6. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	20
	7. VENDA A PRAZO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E DIREITOS RECEBÍVEIS	20
	8. DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIA	21
	9. RESULTADO DE PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	22
	10. PASSIVOS FINANCEIROS.....	22
	11. OUTROS PASSIVOS.....	23
	12. PARTES RELACIONADAS	27
	13. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	30
	14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35
	15. GERENCIAMENTO DE RISCOS	36
	16. GESTÃO DE CAPITAL	39
	17. CONTRAGARANTIAS PRESTADAS	39
	18. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO.....	39
	19. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	40
	20. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A BNDESPAR	40
	21. PRÁTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS GERAIS SIGNIFICATIVAS.....	41
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO	61	
Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as informações financeiras intermediárias	62	

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota explicativa	30/06/2017	31/12/2016
ATIVO CIRCULANTE		8.348.042	8.741.380
Caixa e equivalentes de caixa	12.1	5.981.201	3.961.872
Títulos e valores mobiliários		993.849	3.098.717
Debêntures	5	695.413	1.041.477
Ações e bônus de subscrição	4.2	296.697	2.057.240
Instrumentos financeiros derivativos	3.2.1	1.739	-
Outros créditos		1.371.993	1.679.792
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	7	18.425	272.665
Direitos recebíveis	7	473	1.286
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		165.933	161.700
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	11.1.3	657.179	648.687
Devedores por depósitos em garantia	8	4.688	14.235
Diversos		525.295	581.219
Outros valores e bens		999	999
ATIVO NÃO CIRCULANTE		68.220.312	71.657.716
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		53.260.707	57.048.473
Títulos e valores mobiliários		51.644.241	55.311.208
Debêntures	5	7.911.317	8.571.186
Ações e bônus de subscrição	4.2	41.810.238	44.971.353
Cotas de fundos de investimento	6	1.599.800	1.446.304
Instrumentos financeiros derivativos	3.2.1	322.886	322.365
Outros créditos		1.616.466	1.737.265
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	7	681.522	745.272
Direitos recebíveis	7	38.047	127.747
Incentivos fiscais		214.194	214.194
Devedores por depósitos em garantia	8	682.213	649.647
Diversos		490	405
Investimentos	4.3	14.959.605	14.609.243
Participações em coligadas		14.959.605	14.609.243
TOTAL DO ATIVO		76.568.354	80.399.096
PASSIVO CIRCULANTE		142.141	1.160.592
Obrigações por emissão de debêntures	10.1.1	12.513	878.039
Obrigações por repasses	10.1.2	-	41.574
Outras obrigações		129.628	240.979
Impostos e contribuições sobre o lucro	11	54.509	93.681
Outros impostos e contribuições		10.298	29.393
Provisões trabalhistas e cíveis	11.2	3.401	-
Passivo atuarial	13.1 e 12.4	27.089	25.071
Diversas		34.331	92.834
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.886.783	5.232.491
Obrigações por emissão de debêntures	10.1.1	1.810.660	1.796.765
Obrigações por repasses	10.1.2	-	511.719
Outras obrigações		2.076.123	2.924.007
Passivo atuarial	13.1 e 12.4	699.565	654.558
Provisões trabalhistas e cíveis	11.2	1.249.856	1.207.019
Tributos diferidos	11	126.702	1.056.777
Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários		-	5.653
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	72.539.430	74.006.013
Capital social		60.344.504	60.344.504
Ajustes de avaliação patrimonial		16.066.668	18.782.761
Próprios		16.159.724	18.642.976
De coligadas		(93.056)	139.785
Prejuízos acumulados		(3.871.742)	(5.121.252)
TOTAL DO PASSIVO		76.568.354	80.399.096

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota explicativa	Três meses findos		Seis meses findos	
		30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
RECEITAS OPERACIONAIS		1.468.075	1.142.667	4.198.531	2.580.222
De participações societárias		1.088.516	593.829	3.344.815	1.492.750
Receita de equivalência patrimonial	4.3.2	556.479	582.184	1.243.106	1.261.436
Resultado com alienações de títulos de renda variável		104.435	170.925	1.233.138	617.039
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(122.684)	(429.507)	(111.151)	(600.537)
Juros sobre o capital próprio	4.2.3	406.930	7.580	411.023	7.580
Dividendos	4.2.3	106.284	239.693	134.661	248.438
Outras receitas com participações societárias		1.392	29.827	284.303	34.525
Resultado com fundos de investimento		35.680	(6.873)	149.735	(75.731)
De operações financeiras		379.559	548.838	853.716	1.087.472
Receitas de operações de crédito		31.571	28.239	68.147	38.669
Títulos e valores mobiliários		347.988	520.599	785.569	1.048.803
DESPESAS OPERACIONAIS		(1.290.004)	(2.411.672)	(2.110.485)	(6.212.928)
De participações societárias		(1.200.639)	(2.315.795)	(1.883.210)	(5.997.987)
Despesa de equivalência patrimonial	4.3.2	(727.039)	(663.053)	(1.163.554)	(1.223.301)
Constituição de provisão para perdas em investimentos	4.2.2 e 4.3.4	(473.600)	(1.652.742)	(719.656)	(4.774.686)
De operações financeiras		(89.365)	(95.877)	(227.275)	(214.941)
Encargos financeiros sobre obrigações:					
. Emissão de debêntures		(35.894)	(112.812)	(84.316)	(254.459)
. BNDES		(4.738)	(11.950)	(17.477)	(23.612)
Reversão (constituição) de provisão para redução no valor recuperável	9	(48.733)	28.885	(125.482)	63.130
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(123.320)	(118.141)	(219.225)	(273.883)
Despesas com tributos		(61.742)	(36.495)	(93.328)	(91.486)
Remuneração da diretoria e conselheiros		(260)	(252)	(332)	(341)
Despesas com pessoal		(34.343)	(60.679)	(79.035)	(133.040)
Reversão (constituição) de provisão trabalhistas e cíveis		(32.073)	(29.727)	(54.073)	(52.738)
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC		16.180	17.300	31.976	33.178
Despesas administrativas		(10.286)	(18.738)	(20.118)	(42.154)
Diversas		(796)	10.450	(4.315)	12.698
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		54.751	(1.387.146)	1.868.821	(3.906.589)
Imposto de renda	11	(182.016)	(104.292)	(207.184)	(257.708)
Contribuição social	11	(65.535)	(39.180)	(75.294)	(95.023)
Tributos diferidos	11	201.381	254.620	(336.833)	1.139.079
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		8.581	(1.275.998)	1.249.510	(3.120.241)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)		8.581	(1.275.998)	1.249.510	(3.120.241)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Lucro (prejuízo) líquido do período	8.581	(1.275.998)	1.249.510	(3.120.241)
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários - próprios, líquido de efeitos tributários	(2.655.395)	1.785.085	(1.787.865)	5.938.143
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda de coligadas	(3.519)	54.798	91.944	45.266
Realização do ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários - próprios, líquido de efeitos tributários	(55.665)	(111.307)	(667.691)	(401.023)
Ajuste acumulado de conversão de coligadas	(74.698)	(219.459)	(255.255)	(374.260)
Outros resultados abrangentes de coligadas	57.413	(20.466)	(69.530)	42.721
Ganhos ou perdas atuariais, líquido de efeitos tributários	(18.969)	(179.465)	(27.696)	(175.712)
Total do resultado abrangente do período	(2.742.252)	33.188	(1.466.583)	1.954.894
Ajustes de avaliação patrimonial - Próprio	(2.730.029)	1.494.313	(2.483.252)	5.361.408
Ajustes de avaliação patrimonial - Coligadas	(20.804)	(185.127)	(232.841)	(286.273)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial		Prejuízos acumulados	Total
		Próprios	De coligadas		
Em 1º de janeiro de 2016	60.344.504	4.377.176	830.520	(4.118.948)	61.433.252
Dividendos	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	5.361.408	(286.273)	-	5.075.135
Prejuízo do período	-	-	-	(3.120.241)	(3.120.241)
Em 30 de junho de 2016	60.344.504	9.738.584	544.247	(7.239.189)	63.388.146
Mutações no período	-	5.361.408	(286.273)	(3.120.241)	1.954.894
Em 1º de janeiro de 2017	60.344.504	18.642.976	139.785	(5.121.252)	74.006.013
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota Explicativa n.º 14)	-	(2.483.252)	(232.841)	-	(2.716.093)
Lucro líquido do período	-	-	-	1.249.510	1.249.510
Em 30 de junho de 2017	60.344.504	16.159.724	(93.056)	(3.871.742)	72.539.430
Mutações no período	-	(2.483.252)	(232.841)	1.249.510	(1.466.583)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	30/06/2017		30/06/2016	
RECEITAS	2.492.529		1.104.395	
Intermediação financeira	853.716		1.087.472	
Outras receitas	1.638.813		16.923	
DESPESAS	(210.991)		(359.727)	
Intermediação financeira	(101.793)		(278.071)	
Outras despesas	(109.198)		(81.656)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(860.931)		(4.711.370)	
Materiais, energia e outros	(2.133)		(4.328)	
Serviços de terceiros	(13.660)		(28.653)	
Perda de valores ativos	(845.138)		(4.678.389)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.420.607		(3.966.702)	
RETENÇÕES	(1.372)		(2.412)	
Depreciação	(1.372)		(2.412)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (RETIDO)/PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.419.235		(3.969.114)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	625.236		294.153	
Resultado de equivalência patrimonial	79.552		38.135	
Dividendos e juros sobre capital próprio	545.684		256.018	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.044.471		(3.674.961)	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.044.471	100,0%	(3.674.961)	100,0%
Pessoal e encargos	67.014	3,3%	113.776	-3,1%
- Remuneração direta	38.336		69.145	
- Benefícios	24.426		37.832	
- FGTS	4.243		6.750	
- Outros	9		49	
Impostos, taxas e contribuições	724.993	35,5%	(675.257)	18,4%
- Federais	724.080		(676.828)	
- Municipais	913		1.571	
Aluguéis	2.954	0,1%	6.761	-0,2%
Lucros (prejuízos) retidos	1.249.510	61,1%	(3.120.241)	85,0%

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	30/06/2017	30/06/2016
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuição social	1.868.821	(3.906.589)
Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais	707.963	5.578.545
Constituição (reversão) da provisão para redução no valor recuperável	125.482	(63.130)
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	54.073	52.738
Resultado de participações em coligadas	(79.553)	(38.135)
Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	(308.245)	-
Juros e atualização monetária e juros das obrigações por emissão de debêntures	84.027	254.135
Depreciação	1.372	2.412
Constituição (reversão) da provisão para perdas de investimentos	719.656	4.774.686
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	111.151	600.537
Ganho na compra vantajosa de investimentos	-	(4.698)
Varição de ativos e obrigações	219.263	589.973
. (Aumento) / redução líquido em créditos por venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis	283.021	(430.224)
. (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários	866.146	1.359.761
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	18.724	117.819
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	(553.293)	24.669
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	(290.352)	(301.174)
. IR e CSLL pagos	(104.983)	(180.878)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	2.796.047	2.261.929
Atividades de investimentos		
. Venda de investimentos	(41.988)	1.437
. Compra de investimentos	(4.948)	(90.939)
. Recebimento de dividendos de coligadas	205.876	430.523
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	158.940	341.021
Atividades de financiamentos		
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(935.658)	(139.516)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(935.658)	(139.516)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.019.329	2.463.434
Modificação na posição financeira		
Início do período	3.961.872	1.589.768
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	3.961.872	1.589.768
Final do período	5.981.201	4.053.202
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	5.981.201	4.053.202
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.019.329	2.463.434

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. A empresa

A BNDESPAR é uma sociedade por ações, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Sul, Centro Empresarial Parque Cidade, Quadra 09, Torre C, 12º andar, constituída em 1974, controlada integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Sua ação é pautada nas diretrizes estratégicas formuladas em conjunto com o BNDES e direcionada a apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais. Concretiza-se, principalmente, por meio de participações societárias de caráter minoritário e transitório e, ainda, pelo fortalecimento e modernização do mercado de valores mobiliários.

Em 13 de janeiro de 1998, a BNDESPAR obteve junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o registro de companhia aberta, o que permite à instituição negociar títulos de sua emissão no mercado de balcão organizado.

Para mais informações sobre a BNDESPAR, sua operação e seu controlador, visite o site www.bndes.gov.br.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, que foram mensurados pelo valor justo.

2.1. Aprovação para emissão e moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais da BNDESPAR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017 foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 1º de agosto de 2017.

A moeda funcional e de apresentação da BNDESPAR é o Real (R\$), e as informações são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Declaração de conformidade e de continuidade

Conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações, Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e de acordo com as práticas contábeis internacionais (“IFRS”), conforme aprovado pelo “*International Accounting Standard Board*” (“IASB”).

A Administração entende que todas as informações prestadas nessas demonstrações financeiras trimestrais são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão da BNDESPAR.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Continuidade operacional

As informações trimestrais foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional da BNDESPAR, uma vez que a Administração está convencida de que esta possui recursos e condições para prosseguir no negócio num futuro previsível. Para isso, a Administração considerou uma vasta gama de informações relativas às condições presentes e futuras, incluindo projeções futuras de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro previsível.

2.3. Itens significativos que afetaram as informações trimestrais no período corrente

- Recuperação do resultado com participações societárias decorrente principalmente do crescimento do resultado com alienação de ações, da redução na despesa com provisão para perdas por redução ao valor recuperável, do crescimento da receita com dividendos e juros sobre capital próprio e do resultado com derivativos de renda variável em função do aumento no resultado com derivativos embutidos em debêntures;

- Redução da carteira de participações societárias, reflexo do declínio no valor justo das ações disponíveis para venda, provocando também uma redução no patrimônio líquido;

- Queda nas obrigações por emissão de debêntures em razão da liquidação, no vencimento, das debêntures simples da primeira oferta do terceiro programa de emissão; e

- Liquidação antecipada do passivo por repasses com o BNDES.

Maiores informações sobre esses itens podem ser obtidos no Relatório da Administração.

2.4. Critérios de relevância da Administração

As notas explicativas incluem informações necessárias para o entendimento das informações trimestrais da BNDESPAR, além de relevantes e materiais para as suas operações, sua posição financeira e seu desempenho.

As informações são consideradas materiais e relevantes se, por exemplo:

– O montante é significativo devido à sua dimensão ou natureza, quando comparado ao conjunto das demonstrações financeiras;

– É importante para a compreensão dos resultados da BNDESPAR; ou

– Contribui para explicar o impacto de alterações significativas nos negócios da BNDESPAR.

2.5. Critérios para apresentação das Notas Explicativas

As notas explicativas da BNDESPAR, seguindo as recomendações internacionais do *Framework* do Relato Integrado, bem como orientações do CPC e do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado – CODIM, estão apresentadas de forma concisa, observando parâmetros de materialidade e a relevância dos assuntos tratados.

Informações sobre práticas contábeis e estimativas gerais significativas podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 21 deste relatório.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3. ATIVOS FINANCEIROS

A BNDESPAR possui ativos financeiros avaliados ao valor justo ou ao custo amortizado.

A classificação depende das características dos ativos e da finalidade para a qual foram adquiridos, conforme política apresentada na Nota Explicativa n.º 21.7.1. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

3.1. Classificação

Classificação dos ativos financeiros por categoria

	30/06/2017				
	Avaliados ao valor justo			Avaliadas ao custo amortizado	Saldo contábil
	Títulos mantidos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Títulos designados por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	
Aplicações em operações compromissadas	-	-	-	5.981.201	5.981.201
Títulos e valores mobiliários					
Debêntures	-	328.546	3.121.856	5.216.737	8.667.139
Ações	-	42.106.935	-	-	42.106.935
Cotas de fundos de investimento	-	1.599.800	-	-	1.599.800
Instrumentos financeiros derivativos	324.625	-	-	-	324.625
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	-	-	1.095.552	1.095.552
Direitos recebíveis	-	-	-	71.083	71.083
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	-	165.933	165.933
Devedores por depósitos em garantia	-	-	-	686.901	686.901
Total	324.625	44.035.281	3.121.856	13.217.407	60.699.169
Circulante	1.739	378.675	612.400	6.182.337	7.175.151
Não circulante	322.886	43.656.606	2.509.456	7.035.070	53.524.018

	31/12/2016				
	Avaliados ao valor justo			Avaliadas ao custo amortizado	Saldo contábil
	Títulos mantidos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Títulos designados por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	
Aplicações em operações compromissadas	-	-	-	3.961.872	3.961.872
Títulos e valores mobiliários					
Debêntures	-	317.116	4.093.937	5.244.834	9.655.887
Ações	-	47.028.593	-	-	47.028.593
Cotas de fundos de investimento	-	1.446.304	-	-	1.446.304
Instrumentos financeiros derivativos	322.365	-	-	-	322.365
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	-	-	1.336.371	1.336.371
Direitos recebíveis	-	-	-	171.576	171.576
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	-	161.700	161.700
Devedores por depósitos em garantia	-	-	-	663.882	663.882
Total	322.365	48.792.013	4.093.937	11.540.235	64.748.550
Circulante	-	2.110.526	985.636	4.500.092	7.596.254
Não circulante	322.365	46.681.487	3.108.301	7.040.143	57.152.296

Não houve reclassificações entre categorias de ativos financeiros no período.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2. Títulos avaliados ao valor justo

3.2.1. Títulos Mantidos para Negociação - Derivativos

A BNDESPAR é signatária de contratos de opções estruturadas nas operações de investimentos em renda variável conforme demonstrado a seguir. Conforme determinado pelas normas contábeis, estes ativos são avaliados a valor justo, com contrapartida no próprio resultado do período em que o ganho ou a perda vierem a ocorrer.

Derivativos	Tipo	Metodologia de precificação	Vencimento	30/06/2017	31/12/2016
Opções venda de ações (ativo)	Opção europeia	Simulação de Monte Carlo	mar/19	303.829	309.240
Opções de compra e subscrição de ações (ativo)	Opção europeia	Black & Scholes e Árvore Binomial	abr/2018 a jun/2021	20.796	13.125
				324.625	322.365
Circulante				1.739	-
Não circulante				322.886	322.365

3.2.2. Títulos Disponíveis para a Venda

Para maiores detalhes sobre os ativos financeiros classificados como títulos disponíveis para a venda, vide Notas Explicativas n.º 21.2, 21.6 e 21.7.

3.2.3. Títulos designados ao valor justo através do resultado

Em razão da execução do objetivo social da BNDESPAR, são estruturadas operações de investimentos em participações societárias que resultam na geração de derivativos embutidos nos contratos de debêntures. Como tais derivativos embutidos (opção de conversão ou permuta em ações) alteram de forma significativa os fluxos de caixa, optou-se pela designação no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado, implicando na não segregação desses derivativos embutidos.

Esses derivativos não têm finalidade de proteção patrimonial (hedge) e nem são instrumentos financeiros derivativos especulativos. Constituindo-se de opções de conversão ou permuta daquelas debêntures em ações, não oferecendo nenhum risco de perda por alavancagem à BNDESPAR. O quadro a seguir apresenta o detalhamento das debêntures designadas ao valor justo:

	30/06/2017	31/12/2016
Debêntures designadas ao valor justo através do resultado		
Conversíveis / permutáveis em ações listadas em bolsa	1.773.949	2.719.010
Conversíveis / permutáveis em ações não listadas em bolsa	1.347.907	1.374.927
Total	3.121.856	4.093.937
Circulante	612.400	985.636
Não circulante	2.509.456	3.108.301

3.2.4. Valor dos ativos financeiros mensurados ao valor justo, por nível de hierarquia

Ao calcular o valor justo dos ativos financeiros, a BNDESPAR leva em consideração o nível de hierarquia destes ativos:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é seu preço de mercado, cotado na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se as transações ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua;

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Nível 2 – Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1; e

Nível 3 – Técnicas de avaliação, para as quais, qualquer input significativo não se baseia em dados de mercado observáveis

	30/06/2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários				
Debêntures - designadas por meio do resultado	-	3.121.856	-	3.121.856
Debêntures - disponíveis para venda	81.978	246.568	-	328.546
Ações	35.514.612	5.867.097	725.226	42.106.935
Cotas de fundos de investimento	-	-	232.775	232.775
Instrumentos financeiros derivativos	-	324.625	-	324.625
Total	35.596.590	9.560.146	958.001	46.114.737

	31/12/2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários				
Debêntures - designadas por meio do resultado	-	3.996.641	97.296	4.093.937
Debêntures - disponíveis para venda	-	317.116	-	317.116
Ações	41.216.694	5.080.232	635.687	46.932.613
Cotas de fundos de investimento	668	-	-	668
Instrumentos financeiros derivativos	-	322.365	-	322.365
Total	41.217.362	9.716.354	732.983	51.666.699

O total dos ativos financeiros dos quadros acima não considera o valor das ações e das cotas de fundos de investimento mensuradas ao custo de aquisição acrescidos das mutações patrimoniais, apresentados a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
Ações:		
Avaliadas a Valor Justo, níveis 1, 2 e 3	42.106.935	46.932.613
Mensuradas ao custo de aquisição	-	95.980
Total das Ações	42.106.935	47.028.593
Cotas de Fundos de Investimento:		
Avaliadas a valor justo, níveis 1, 2 e 3	232.775	668
Mensuradas ao custo de aquisição	1.367.025	1.445.636
Total das Cotas de Fundos de Investimento	1.599.800	1.446.304

3.3. Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado

Para os ativos financeiros regidos por contratos com características de empréstimos ou recebíveis (operações compromissadas, debêntures sem opção de permuta e/ou conversão, venda a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis, juros sobre capital próprio e dividendos a receber e devedores por depósitos em garantia) a avaliação se dá pelo custo amortizado.

Como não existe mercado secundário para estes ativos, o seu valor justo é igual ao valor contábil. Para mais detalhes, vide Nota Explicativa n.º 21.7.

	30/06/2017		31/12/2016	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Aplicações em operações compromissadas	5.981.201	5.981.201	3.961.872	3.961.872
Títulos e valores mobiliários				
Debêntures (empréstimos e recebíveis)	5.216.737	5.216.737	5.244.834	5.244.834
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	1.095.552	1.095.552	1.336.371	1.336.371
Direitos recebíveis	71.083	71.083	171.576	171.576
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	165.933	165.933	161.700	161.700
Devedores por depósitos em garantia	686.901	686.901	663.882	663.882
Total	13.217.407	13.217.407	11.540.235	11.540.235

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

4. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A principal atividade da BNDESPAR é o apoio de longo prazo, em sintonia com as políticas operacionais do BNDES, via participação societária. O tratamento contábil das participações societárias da BNDESPAR está disposto na Nota Explicativa n.º 21.6.

A participação em empresas avaliadas ao valor justo está apresentada no subgrupo “Títulos e Valores Mobiliários”, na rubrica “Ações e bônus de subscrição”, na categoria “disponíveis para venda” e a participação societária em empresas coligadas está apresentada no subgrupo “Investimentos”, na rubrica “Participações em coligadas”.

A fim de demonstrar esses ativos sob a mesma ótica com que são administrados, os itens a seguir apresentam a composição desses investimentos como uma carteira de participações societárias.

4.1. Composição dos saldos

Balço patrimonial	30/06/2017	31/12/2016
Títulos e Valores Mobiliários – Ações e Bônus de subscrição – Circulante	296.697	2.057.240
Títulos e Valores Mobiliários – Ações e Bônus de subscrição – Não circulante	41.810.238	44.971.353
Investimentos – Participações em Coligadas	14.959.605	14.609.243
Total da carteira de participações societárias	57.066.540	61.637.836

Provisão para redução ao valor recuperável de investimentos em ações - DRE	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Disponíveis para venda	(11.200)	(788.026)	(21.629)	(3.923.294)
Coligadas	(462.400)	(864.716)	(698.027)	(851.392)
Total	(473.600)	(1.652.742)	(719.656)	(4.774.686)

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2. Títulos e Valores Mobiliários – Ações disponíveis para venda

Abaixo segue a composição da carteira de ações e bônus de subscrição classificadas como disponíveis para venda, contendo a abertura das participações em empresas listadas em bolsa, as quais representam cerca de 85% do total da carteira classificada nesta categoria.

Empresas Investidas	Quantidade (mil) de ações possuídas em 30/06/2017		% de participação no capital total em 30/06/2017	30/06/2017	31/12/2016
	Ordinárias	Preferenciais			
NÍVEL 1 – Empresas Listadas					
PETROBRAS	11.700	1.250.053	9,67	15.554.987	19.758.427
VALE	206.379	66.185	5,20	7.753.651	6.894.376
ELETROBRÁS	141.758	18.691	11,86	2.054.815	3.713.159
CPFL ENERGIA	68.592	-	6,74	1.818.376	1.731.265
AES TIETÊ ENERGIA (ex. Brasileira)	111.478	445.910	28,33	1.526.128	1.561.801
SUZANO	-	75.910	6,86	1.074.126	1.060.462
KLABIN	42.573	170.292	4,50	690.536	746.307
CEMIG	54.343	26.221	6,40	659.651	630.162
EMBRAER	39.762	-	5,37	600.016	630.633
RUMO	53.661	-	4,01	459.340	650.118
LIGHT	19.141	-	9,39	427.606	330.179
GERDAU	3.708	21.218	1,45	254.896	256.415
AES ELETROPAULO ⁽¹⁾	-	18.764	18,73	236.803	205.391
TOTVS	7.445	-	4,49	224.169	178.977
ECORODOVIAS	21.000	-	3,76	218.190	171.360
ENGIE BRASIL ENERGIA (ex Tractebel)	6.225	-	0,95	211.966	217.382
OURO FINO SAÚDE ANIMAL	6.667	-	12,36	208.137	186.670
COPASA	4.387	-	3,46	178.005	158.660
EQUATORIAL ENERGIA	3.273	-	1,65	176.254	178.512
LINX	9.675	-	5,83	170.273	166.790
OI	38.255	-	4,63	153.019	100.227
IOCHPE-MAXION	8.317	-	6,00	138.721	100.385
BRASKEM	-	3.328	0,42	113.754	141.723
MARFRIG ⁽²⁾	-	-	-	-	675.558
LOJAS AMERICANAS	-	-	-	-	191.643
Subtotal Nível 1				34.903.419	40.636.582
Outras empresas - Nível 1				611.193	580.112
Total Nível 1				35.514.612	41.216.694
NÍVEL 2 - Empresas listadas, mas com cotação ajustada e empresas holdings não listadas ⁽¹⁾				5.867.097	5.080.232
NÍVEL 3 - Empresas não listadas (Valor Justo)				725.226	635.687
Custo - Empresas não listadas (Valor de Custo)				-	95.980
TOTAL				42.106.935	47.028.593
Circulante				296.697	2.057.240
Não circulante				41.810.238	44.971.353

⁽¹⁾ As ações ordinárias da Eletropaulo sofreram ajuste de liquidez e por isso seus respectivos saldos estão demonstrados no Nível 2. As ações preferenciais continuam classificadas como Nível 1.

⁽²⁾ Em Janeiro/2017 o investimento na Marfrig foi reclassificado da categoria de disponível para venda para investimento em coligada. A BNDESPAR passou a exercer influência significativa após a conversão em ações das debêntures da 5ª emissão, que elevou sua participação no capital votante da empresa de 19,61% para 33,81%.

Para detalhes da classificação da carteira em níveis, vide Nota Explicativa n.º 21.6.

4.2.1. Movimentações entre níveis

No trimestre findo em 30 de junho de 2017 a BNDESPAR efetuou reclassificações do Nível 2 para o Nível 1 referente a investimento em ações de empresa listada em função do aumento de liquidez do ativo. O saldo do referido investimento totaliza R\$ 18.020 mil (R\$ 2.353 mil em 31 de dezembro de 2016).

Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2016 não houve reclassificações de valores do Nível 1 para o Nível 2.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do saldo do investimento em ações avaliadas ao valor justo classificadas no Nível 3 é apresentada a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
Saldos no início do exercício	635.687	396.074
Aquisições	-	29.781
Transferência do "Custo" para Nível 3, líquido de provisão para redução ao valor recuperável.	95.980	221.175
Impairment	(6.339)	-
Ajuste ao valor justo	(102)	(11.343)
Saldos no final do semestre/exercício	725.226	635.687

4.2.2. Análise do valor recuperável de investimentos em ações disponíveis para venda

As participações societárias da BNDESPAR são submetidas ao teste para verificação de eventuais perdas, conforme política descrita na Nota Explicativa nº. 21.6.1.1. Estas perdas verificadas podem ser diretamente reconhecidas no resultado ou no grupo "Outros Resultados Abrangentes – ORA". Caso sejam reconhecidas no ORA, tais perdas são transferidas para o resultado do período sempre que atingem os critérios para que a perda seja considerada "permanente". A seguir, são apresentados os efeitos destas perdas reconhecidas na rubrica "Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos" na demonstração do resultado:

Movimentação no resultado	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
. Ajuste de reclassificação de ORA para resultado	(6.339)	-	(6.339)	(157.644)
. Perda reconhecida diretamente no resultado	(4.861)	(788.026)	(15.290)	(3.765.650)
Total de provisão para perdas constituída - ações DPV	(11.200)	(788.026)	(21.629)	(3.923.294)

4.2.3. Outros resultados com investimentos em ações disponíveis para venda

No semestre findo em 30 de junho de 2017, a BNDESPAR apurou um resultado com alienações de títulos de renda variável no valor de R\$ 1.233.138 mil (R\$ 104.436 mil no trimestre findo em 30 de junho de 2017). Deste total, 96% correspondem ao resultado com alienação de ações classificadas como "Disponível para Venda".

Além de ganhos econômicos com a valorização de mercado das ações disponíveis para a venda e equivalência patrimonial das coligadas, a BNDESPAR realiza ganhos quando estes investimentos remuneram o acionista na forma de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Abertura das receitas com Juros sobre o capital próprio e Dividendos referentes a empresas listadas em bolsa evidenciadas na Demonstração do Resultado:

	Período de			
	Três meses findos em			
	30/06/2017		30/06/2016	
	Dividendos	JSCP	Dividendos	JSCP
AES TIETÊ ENERGIA	46.015	-	156.519	-
BRASKEM	-	-	21.357	-
ELETROBRAS	-	30.536	-	-
EMBRAER	-	-	-	3.181
KLABIN	5.023	-	-	-
SUZANO	26.585	-	21.543	-
TAESA	-	-	10.863	3.354
VALE	-	246.826	-	-
Subtotal	77.623	277.362	210.282	6.535
Outras empresas	28.661	129.568	29.411	1.045
Total no final do período	106.284	406.930	239.693	7.580

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período de			
	Seis meses findos em			
	30/06/2017		30/06/2016	
	Dividendos	JSCP	Dividendos	JSCP
AES TIETÊ ENERGIA	46.015	-	156.519	-
BRASKEM	-	-	21.357	-
COPASA	-	-	-	909
CPFL ENERGIA	14.945	-	-	-
ELETROBRAS	-	30.536	-	-
EMBRAER	-	-	-	3.181
KLABIN	11.074	-	11.241	-
SUZANO	26.585	-	21.543	-
VALE	-	246.826	-	-
Subtotal	98.619	277.362	210.660	4.090
Outras empresas	36.042	133.661	37.778	3.490
Total no final do período	134.661	411.023	248.438	7.580

4.3. Investimentos – Participações em Coligadas

O quadro a seguir apresenta informações detalhadas das participações relevantes, as quais representam cerca de 93% do saldo de investimentos em coligadas em 30/06/2017:

Investimentos										
Coligadas ⁽²⁾	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação sobre o capital ⁽³⁾		Valor patrimonial do investimento	Ágio expectativa de rentabilidade futura	Provisão para perdas	Total	31/12/2016 Total	Natureza das atividades do negócio da coligada
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante						
COPEL	38.299	27.282	23,96	26,41	3.621.504	-	(1.750.553)	1.870.951	2.274.020	Apoio financeiro ao setor elétrico
Fibria	161.083	-	29,11	29,11	4.072.870	-	-	4.072.870	4.186.573	Apoio financeiro ao setor de papel e celulose
Granbio	15.094	-	15,00	15,00	107.976	469.806	(54.743)	523.039	570.273	Apoio financeiro ao setor de energia (etanol e química verde)
JBS	581.661	-	21,47	21,47	5.117.152	479.821	-	5.596.973	5.695.291	Apoio financeiro ao setor de alimentos
Marfrig ⁽⁴⁾	209.648	-	33,81	33,81	1.235.850	-	-	1.235.850	-	Apoio financeiro ao setor de alimentos
Tupy	40.645	-	28,19	29,19	560.876	-	-	560.876	637.270	Apoio financeiro ao setor de metalurgia e siderurgia
Subtotal					14.716.228	949.627	(1.805.296)	13.860.559	13.363.427	
Outras coligadas					1.101.850	419.022	(421.826)	1.099.046	1.245.816	
Total					15.818.078	1.368.649	(2.227.122)	14.959.605	14.609.243	

⁽¹⁾Data-base de 30/04/2017 do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial.

⁽²⁾Empresas com sede no Brasil.

⁽³⁾% de participação sobre o capital – ajustado pelas ações em tesouraria das respectivas empresas, quando aplicável.

⁽⁴⁾Valor patrimonial líquido de *impairment* apurado quando o investimento estava classificado como Disponível para Venda.

4.3.1. Base para Equivalência Patrimonial – Participações em Coligadas

As informações trimestrais das coligadas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial, quando necessário, são ajustadas para refletir: (i) os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base; (ii) os efeitos de uniformização de práticas contábeis; e (iii) os ajustes ao valor justo de ativos e passivos identificados por ocasião da aquisição da participação pela BNDESPAR.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações financeiras das coligadas, apresentadas no quadro a seguir, já contemplam esses efeitos.

Coligadas	Valor Contábil- Data base: 30/04/2017							30/06/2017			
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receitas	Lucros (prejuízos) de operações em continuidade	Lucros (prejuízos) de operações em descontinuidade	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total	Valor de mercado (2)
COPEL (1)	834.358	16.973.085	1.311.267	1.384.359	15.111.817	618.978	416.537	-	(94.230)	322.307	1.397.125
Fibra	6.284.688	26.636.525	3.523.037	15.408.809	13.989.367	3.016.158	27.234	-	(26.544)	690	5.455.870
Granbio	2.431	842.210	21.829	102.976	719.836	483	(32.175)	-	3.550	(28.625)	
JBS	9.502.356	42.861.707	13.009.639	15.518.254	23.836.170	13.989.623	570.114	-	(654.220)	(84.106)	3.798.247
Marfrig	3.511.270	12.731.194	2.467.651	11.093.448	2.681.365	2.112.943	(296.216)	143	(74.355)	(370.428)	1.415.127
Tupy (1)	1.481.943	2.887.850	719.841	1.660.407	1.989.545	1.089.481	(151.282)	-	(4.610)	(155.892)	642.197
Subtotal	21.617.046	102.932.571	21.053.264	45.168.253	58.328.100	20.827.666	534.212	143	(850.409)	(316.054)	
Outras coligadas	2.368.048	7.100.800	2.048.476	2.377.380	5.042.992	1.014.158	233.549	195.798	42.415	471.762	
Total	23.985.094	110.033.371	23.101.740	47.545.633	63.371.092	21.841.824	767.761	195.941	(807.994)	155.708	

(1) Os Lucros e Prejuízos foram ajustados para refletir a parcela da realização dos Outros Resultados Abrangentes (Adoção Inicial CPC) reconhecidos pela coligada em Lucros Acumulados.

(2) Valor de mercado da participação em coligadas com ações listadas, apurado com base no preço médio do último pregão em que a ação foi negociada, no mês de referência.

4.3.2. Movimentação dos investimentos em coligadas

Os quadros abaixo mostram, por coligada, as principais movimentações ocorridas na carteira da BNDESPAR para os períodos a seguir:

Três meses findos em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016:

Coligadas	Saldo em 01/04/2017	Aquisições	Dividendos / JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados de equivalência patrimonial (1)	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas	Reversão (constituição) de provisão para redução ao valor recuperável	Saldo em 30/06/2017
COPEL	2.274.020	-	(53.289)	85.552	-	(7.051)	(428.281)	1.870.951
Fibra	4.076.489	-	(60)	(5.978)	2.049	370	-	4.072.870
Granbio	574.316	-	-	2.886	-	580	(54.743)	523.039
JBS	5.717.569	-	(86)	(171.578)	36.225	14.843	-	5.596.973
Marfrig	1.360.619	-	-	(99.631)	-	(25.138)	-	1.235.850
Tupy	565.834	-	(14.096)	12.577	-	(3.439)	-	560.876
Subtotal	14.568.847	-	(67.531)	(176.172)	38.274	(19.835)	(483.024)	13.860.559
Outras coligadas (2)	1.113.685	2.574	(4.205)	(33.106)	445	(970)	20.623	1.099.046
Total	15.682.532	2.574	(71.736)	(209.278)	38.719	(20.805)	(462.401)	14.959.605

Coligadas	Saldo em 01/04/2016	Aquisições	Dividendos / JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados de equivalência patrimonial (1)	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas	Reversão (constituição) de provisão para redução ao valor recuperável	Vendas/ Resgate de ações/ Redução de capital	Saldo em 30/06/2016
COPEL	3.427.111	-	-	50.572	-	(4.994)	(880.937)	-	2.591.752
Fibra	3.726.741	-	(63.646)	339.236	-	(3.641)	-	-	3.998.690
Granbio	585.492	-	-	(3.259)	-	(5.310)	-	-	576.923
JBS	6.148.506	-	(6.331)	(509.125)	25.637	(138.869)	-	-	5.519.818
Tupy	685.707	-	-	5.491	-	(30.541)	-	-	660.657
Subtotal	14.573.557	-	(69.977)	(117.085)	25.637	(183.355)	(880.937)	-	13.347.840
Outras coligadas	1.526.446	77.287	(5.469)	23.770	(13.191)	(1.776)	16.221	(1.437)	1.621.852
Total	16.100.003	77.287	(75.446)	(93.315)	12.446	(185.131)	(864.716)	(1.437)	14.969.692

Seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016:

Coligadas	Saldo em 01/01/2017	Aquisições	Dividendos / JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados de equivalência patrimonial (1)	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas	Reversão (constituição) de provisão para redução ao valor recuperável	Efeitos transferência de para DPV	Saldo em 30/06/2017
COPEL	2.274.020	-	(50.411)	101.036	-	(22.582)	(431.112)	-	1.870.951
Fibra	4.186.573	-	(114.423)	6.395	2.049	(7.724)	-	-	4.072.870
Granbio	570.273	-	-	6.976	-	533	(54.743)	-	523.039
JBS	5.695.291	-	(19.182)	44.603	16.120	(139.859)	-	-	5.596.973
Marfrig	-	-	-	(99.631)	-	(25.138)	-	1.360.619	1.235.850
Tupy	637.270	-	(14.096)	(60.998)	-	(1.300)	-	-	560.876
Subtotal	13.363.427	-	(198.112)	(1.619)	18.169	(196.070)	(485.855)	1.360.619	13.860.559
Outras coligadas (2)	1.245.816	4.948	(7.765)	63.390	(387)	5.217	(212.173)	-	1.099.046
Total	14.609.243	4.948	(205.877)	61.771	17.782	(190.853)	(698.028)	1.360.619	14.959.605

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Coligadas	Saldo em 01/01/2016	Aquisições	Dividendos / JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas	Reversão (constituição) de provisão para redução ao valor recuperável	Vendas/ Resgate de ações/ Redução de capital	Saldo em 30/06/2016
COPEL	3.342.065	-	(77.783)	151.894	-	56.513	(880.937)	-	2.591.752
Fibra	3.527.663	-	(87.293)	559.266	-	(946)	-	-	3.998.690
Granbio	577.592	-	-	2.990	-	(3.659)	-	-	576.923
JBS	6.683.574	-	(235.840)	(862.412)	253.909	(319.412)	-	-	5.519.819
Tupy	673.538	-	-	8.936	-	(21.817)	-	-	660.657
Subtotal	14.804.432	-	(400.916)	(139.326)	253.909	(289.321)	(880.937)	-	13.347.841
Outras coligadas	1.601.116	95.637	(29.607)	(63.257)	(13.191)	3.044	29.545	(1.437)	1.621.851
Total	16.405.548	95.637	(430.523)	(202.583)	240.718	(286.277)	(851.392)	(1.437)	14.969.692

⁽¹⁾ Inclui os efeitos de mudança relativa do percentual de participação das coligadas e da amortização da Mais e Menos Valia de ativos e passivos apurados na aquisição de participação societária.

⁽²⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2017, ocorreu realização por venda de Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido de R\$ 41.989 mil (no semestre findo em 30 de junho de 2016 não houve realização por venda). Tais efeitos se referem a alienação de uma coligada 100% provisionada, sem efeito na movimentação do ativo, cujo investimento se encontrava na linha de Outras coligadas.

4.3.3. Perdas não reconhecidas nos investimentos em coligadas

Quando a participação da BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

	30/06/2017	30/06/2016
Passivo a descoberto nas coligadas - % BNDESPAR	403.214	198.605
Perdas não reconhecidas no resultado	160.281	-

4.3.4. Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

Para a análise do valor recuperável de investimentos em coligadas, o teste mais recente foi realizado em 30 de junho de 2017, em conformidade com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Como resultado dessa análise, os efeitos foram reconhecidos na rubrica "Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos" na demonstração do resultado e estão demonstrados nos quadros da Nota Explicativa n.º 4.3.2. Movimentação dos investimentos em coligadas no trimestre.

Principal perda por redução ao valor recuperável para um ativo individual no trimestre	30/06/2017	30/06/2016
Valor em uso:		
Valor contábil do investimento antes da provisão para redução do valor recuperável	2.299.232	3.472.689
Valor em uso apurado	1.870.951	2.591.752
Provisão constituída para redução ao valor recuperável	(428.281)	(880.937)

A principal perda por redução ao valor recuperável para um ativo individual reconhecida no trimestre findo em 30 de junho de 2017 foi constituída no valor de R\$ 428.281. Seu valor recuperável foi calculado em R\$ 1.870.951. As principais evidências objetivas de perda que justificam um novo *impairment* desse ativo vis a vis o teste anterior na data-base de 31/12/2016 se resumem a: sobrecustos nas obras em andamento; condições hídricas desfavoráveis; redução na perspectiva do despacho de termoelétrica; deterioração do valor do seguimento de distribuição de energia devido as projeções de redução da demanda por conta da crise econômica do país; dificuldade de implementar melhorias relacionadas a eficiência operacional; e deterioração dos riscos de governança e de gestão financeira. O cálculo do valor em uso foi obtido através do fluxo de caixa descontado construído pela projeção do fluxo de caixa livre da firma ("FCFF"), através da consolidação dos fluxos projetados de diferentes segmentos de negócio e foram descontados com base no custo médio ponderado de capital estimado em 11,39%. As projeções do fluxo de caixa foram realizadas utilizando-se principalmente premissas baseadas em dados observáveis no mercado, desempenho histórico da investida e expectativas econômicas futuras.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Neste modelo de avaliação do *equity* utilizou-se como base o valor presente dos fluxos de caixa da firma projetados, descontados para junho de 2017, subtraída a dívida líquida total consolidada e ajustada, e acrescentando-se o valor estimado dos ativos e passivos não operacionais e as participações. Para a unidade de negócio de Distribuição, foi calculada a elasticidade-renda do consumo do setor no período de 2004 a 2016 e a partir desta elasticidade, aplicou-se a variação esperada do PIB pelo BNDES (Área de Pesquisa Econômica). Na unidade de negócio de Geração, a projeção dos fluxos de caixa observou a garantia física de cada ativo até a data de vencimento de cada concessão, obtendo-se, assim, a energia disponível para comercialização no período projetado, considerando-se um índice de perdas técnicas para cada unidade geradora. Para a unidade de negócio Transmissão, a receita foi construída a partir da Receita Anual Permitida corrigida anualmente pelo IPCA ou IGP-M até o final da concessão.

A principal perda por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2016 para um ativo individual foi apurada através do cálculo de seu valor em uso e foi considerado o valor presente do fluxo estimado de dividendos durante a expectativa de permanência em carteira das ações da coligada, somado ao valor residual estimado de venda desse ativo, obtido através de modelo de avaliação econômico-financeira, com base no método de Fluxo de Caixa Descontado, tomando por base as demonstrações financeiras de 31 de março de 2016 e outros dados públicos da coligada. O cálculo supracitado considera a projeção do fluxo de entradas e saídas de caixa dos principais segmentos de negócio da coligada, descontados a valor presente pelo custo médio ponderado de capital da empresa ("WACC"), estimado com valor nominal de 11,5% ao ano. As projeções do fluxo de caixa foram realizadas utilizando-se principalmente premissas baseadas em dados observáveis no mercado, desempenho histórico da investida e expectativas econômicas futuras.

Análise do valor recuperável da JBS S/A

Conforme detalhado na Nota 21.6.2.1, a BNDESPAR tem como política contábil avaliar, para cada coligada, a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (teste de *impairment*) pelo menos duas vezes ao ano, sem prejuízo de sua realização a qualquer momento, caso sejam observadas evidências objetivas de perda no investimento.

O referido teste engloba a comparação do valor recuperável desses investimentos com seu valor contábil líquido (valor patrimonial obtido pelo método de equivalência patrimonial - MEP, acrescido de ágio por rentabilidade futura – *goodwill* - e deduzido de provisão acumulada de perda – *impairment*, quando aplicável), sendo que o valor recuperável corresponde ao maior entre: (i) a receita líquida estimada de venda (valor de mercado do ativo menos os custos de venda) e (ii) o valor em uso obtido por meio de avaliação econômico-financeira (utilizado apenas nos casos em que o valor da receita líquida estimada de venda é menor do que valor contábil líquido).

Em 30 de junho de 2017 a BNDESPAR possuía investimentos em ações ordinárias da JBS S/A que, caso alienadas naquela data pelo valor de mercado, resultaria numa perda de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão, líquido de efeitos tributários. Entretanto, entendemos que o valor de mercado no cenário atual não representa o valor justo deste investimento, e conforme a Política descrita acima, a BNDESPAR deveria ainda apurar o valor em uso através da referida avaliação econômico-financeira.

Contudo, dado o elevado grau de incertezas significativas correlacionadas com as premissas que seriam utilizadas quando da elaboração da avaliação econômico-financeira deste investimento, tais como (i) volatilidade recente de suas ações, (ii) incertezas sobre a demanda de seus produtos, (iii) incertezas sobre o preço dos insumos utilizados, (iv) incertezas sobre *funding*, (v) incertezas sobre sua gestão e governança, (vi) incertezas sobre futuras contingências, (vii) incertezas sobre plano de desinvestimentos e (viii) possíveis questões judiciais, a Administração decidiu adiar a realização do teste de *impairment* para o segundo semestre, quando entende que haverá base para uma estimativa confiável do valor recuperável do investimento.

Estas informações estão sendo acompanhadas permanentemente pela Administração, de forma a avaliar a oportunidade da elaboração do referido teste de *impairment*.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

5. DEBÊNTURES

A tabela a seguir demonstra os saldos brutos das debêntures por categoria e vencimento:

	30/06/2017				Saldo contábil
	Avaliadas ao valor justo		Avaliadas ao custo amortizado		
	Títulos designados por meio do resultado	Títulos disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis		
A vencer:					
2017	-	81.978	1.042		83.020
2018	751.108	-	177.661		928.769
2019	161.482	246.568	-		408.050
2020	1.620.826	-	2.113.818		3.734.644
2021	277.128	-	379.651		656.779
Após 2021	311.312	-	2.544.565		2.855.877
Total	3.121.856	328.546	5.216.737		8.667.139
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	-	-	(60.409)		(60.409)
Circulante	612.400	81.978	1.035		695.413
Não circulante	2.509.456	246.568	5.155.293		7.911.317

	31/12/2016				Saldo contábil
	Avaliadas ao valor justo		Avaliadas ao custo amortizado		
	Títulos designados por meio do resultado	Títulos disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis		
A vencer:					
2017	985.636	53.286	2.568		1.041.490
2018	918.997	-	237.122		1.156.119
2019	176.508	263.830	-		440.338
2020	1.546.740	-	2.060.122		3.606.862
2021	232.311	-	384.391		616.702
Após 2021	233.745	-	2.560.631		2.794.376
Total	4.093.937	317.116	5.244.834		9.655.887
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	-	-	(43.224)		(43.224)
Circulante	985.636	53.286	2.555		1.041.477
Não circulante	3.108.301	263.830	5.199.055		8.571.186

5.1. Conciliação da movimentação da provisão para redução ao valor recuperável das debêntures:

	30/06/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	(43.224)	(46.908)
Reversão (constituição) líquida *	(17.185)	3.684
Saldo no final do semestre/exercício	(60.409)	(43.224)

*O efeito no resultado está apresentado na Nota Explicativa n.º 9.

5.2. Movimentação do saldo de debêntures avaliadas ao valor justo classificadas no nível 3 da hierarquia de valor justo:

	30/06/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	97.296	36.215
Reclassificações de níveis	(97.296)	107.990
Ganhos e perdas reconhecidos:		
No resultado do período	-	(46.909)
Saldo no final do semestre/exercício	-	97.296

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

6. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data-base das informações trimestrais.

Fundo	Administrador	30/06/2017	31/12/2016
- Fundo de Invest Em Part Brasil Energia	Banco Bradesco S.A	377.021	345.313
- Fundo Ag Angra Infra-Estrutura FIP	Banco Bradesco S.A	145.683	138.097
- Logistica Brasil - Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A.	108.779	39.573
- FIP Brasil Sustentabilidade	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	101.993	102.656
- Pátria Infraestrutura III - FI FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos Ltda.	97.473	39.349
- Fd Infra Brasil Fundo de Investimentos em Participações	Mantiq Investimentos Ltda.	82.930	98.271
- FIDC - Insumos Básicos da Indústria Petroquímica	INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA	79.768	124.715
-Brasil Agronegócio - Fd de Investimento em Participações	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	77.759	77.041
- FIP Performa Key De Inovação em Meio Ambiente	Lions Trust Administradora de Recursos Ltda.	67.374	38.341
- Fundo BBI Financeiro I - FMIEE	BBI Financeiro Gestão de Recursos S.A.	60.743	27.357
Outros		400.277	415.591
Total		1.599.800	1.446.304
Circulante		-	-
Não circulante		1.599.800	1.446.304

7. VENDA A PRAZO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E DIREITOS RECEBÍVEIS

As informações das operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis estão assim sumarizadas:

	30/06/2017	31/12/2016
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	1.095.552	1.336.371
Provisão para redução no valor recuperável	(395.605)	(318.434)
	699.947	1.017.937
Direitos recebíveis	71.083	171.576
Provisão para redução no valor recuperável	(32.563)	(42.543)
	38.520	129.033
Total	738.467	1.146.970
Circulante	18.898	273.951
Não Circulante	719.569	873.019

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

7.1. Distribuição da carteira bruta das operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis por setor de atividade e por vencimento

	30/06/2017	31/12/2016
Setor Público	-	117.948
Setor Privado		
Indústria	940.457	1.065.700
Outros serviços	226.178	324.299
	1.166.635	1.389.999
Total	1.166.635	1.507.947

30/06/2017		31/12/2016	
Vencido	-	Vencido	32.887
A vencer:		A vencer:	
2017	17.508	2017	326.830
2018	53.131	2018	19.118
2019	57.962	2019	55.864
2020	19.470	2020	19.507
2021	18.882	2021	43.908
Após 2021	999.682	Após 2021	1.009.833
Total	1.166.635	Total	1.507.947

7.2. Conciliação da movimentação da provisão para redução ao valor recuperável sobre operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis

	Venda a prazo de títulos e valores mobiliários		Direitos recebíveis	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Saldo no início do período	(318.434)	(7.848)	(42.543)	(65.306)
(Constituição) reversão líquida *	(172.875)	(405.172)	9.980	22.763
Baixas contra provisão	95.704	94.586	-	-
Saldo no final do período	(395.605)	(318.434)	(32.563)	(42.543)

* O efeito no resultado de 2017 está apresentado na Nota Explicativa n.º 9.

8. DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIA

Refere-se principalmente a processos administrativos instaurados pela Receita Federal, nos quais a BNDESPAR é parte, e que questionam, em sua maioria, a exclusão de receitas originadas na alienação de participações societárias (ações) das bases de cálculo de PIS e COFINS, ocorridas em 2005. Em todos os casos foram apresentadas impugnações ainda pendentes de julgamento definitivo. Tais processos se encontram com probabilidade de perda classificada como possível. Não obstante terem sido integralmente depositados, seus valores atualizados pela SELIC totalizam R\$ 682.213 em 30 de junho de 2017 (R\$ 658.751 em 31 de dezembro de 2016).

O saldo total de devedores por depósitos em garantia em 30 de junho de 2017 é de R\$ 686.901 (R\$ 663.882 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

9. RESULTADO DE PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Reversão (constituição) líquida:				
Debêntures	(13.170)	25.849	(17.185)	21.372
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	(130.543)	(712)	(172.875)	(63.828)
Direitos recebíveis	40.427	2.695	9.980	37.230
Recuperação de créditos baixados do ativo	54.553	1.053	54.598	68.356
Receita (despesa) líquida apropriada	(48.733)	28.885	(125.482)	63.130

10. PASSIVOS FINANCEIROS

O tratamento contábil dos passivos financeiros da BNDESPAR está disponível na nota explicativa n.º 21.7.2.

10.1. Classificação

A BNDESPAR somente possui passivos financeiros classificados na categoria “mensurados ao custo amortizado”.

10.1.1. Emissão de debêntures

O quadro abaixo apresenta os saldos a vencer relativos às emissões públicas de debêntures realizadas pela BNDESPAR, nas datas-base de 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Ano	Programa	Oferta	Série	Remuneração	Valor unitário	Valor principal	Vencimento	Atualização monetária e juros	Datas de pagamento dos juros
2012	Terceiro	Sexta	Terceira	Indexada ao IPCA	1	1.289.000	15/05/2019	IPCA + 5,3999%	15/05/2014; 15/05/2015; 15/05/2016; 15/05/2017; 15/05/2018; e 15/05/2019

As escrituras de emissão dessas debêntures preveem algumas cláusulas restritivas (*covenants*) de caráter não financeiro, cujo descumprimento pode acarretar vencimento antecipado. O cumprimento dessas cláusulas é acompanhado permanentemente, e em 30 de junho de 2017 todas as cláusulas foram atendidas.

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures, as datas de vencimento e os juros correspondentes a cada série estão demonstrados a seguir:

	Vencimentos	30/06/2017	31/12/2016
1º distribuição – Terceiro Programa			
3ª série (*)	15/01/2017		
Principal corrigido (IPCA)		-	787.816
Juros provisionados (6,2991% a.a)		-	47.598
		-	835.414
2º distribuição – Terceiro Programa			
3ª série	15/05/2019		
Principal corrigido (IPCA)		1.810.660	1.778.984
Juros provisionados (5,3999% a.a)		12.513	60.406
		1.823.173	1.839.390
Total		1.823.173	2.674.804
Circulante		12.513	878.039
Não circulante		1.810.660	1.796.765

(*) Liquidada na data do vencimento

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

10.1.2. Obrigações por Repasses

Composição

	30/06/2017	31/12/2016
BNDES	-	553.293
Total	-	553.293
Circulante	-	41.574
Não circulante	-	511.719

A BNDESPAR liquidou antecipadamente o passivo com o BNDES durante o 2º trimestre de 2017. O prazo máximo de vencimento dessa obrigação estava estipulada para o ano de 2039.

10.2. Valor justo dos passivos financeiros

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a BNDESPAR não possuía saldos de passivos financeiros avaliados ao valor justo. O valor dos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, comparados com seu valor justo, é o seguinte:

	30/06/2017		31/12/2016	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Obrigações por emissão de debêntures	1.823.173	1.817.628	2.674.804	2.632.586
Obrigações por repasses	-	-	553.293	553.293
Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários	-	-	5.653	5.653
Total	1.823.173	1.817.628	3.233.750	3.191.532

O valor de justo das debêntures emitidas pela BNDESPAR foi obtido com base em preços divulgados pela ANBIMA e pela CETIP.

11. OUTROS PASSIVOS

11.1. Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

Tributos incidentes e suas respectivas alíquotas aplicáveis

Os tributos são apurados com base na legislação tributária em vigor. A BNDESPAR está sujeita às alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9%
Contribuição para o PIS/PASEP ¹	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS ¹	7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

¹ Para as receitas financeiras e as decorrentes de alienação de participação societária a alíquota do PIS/PASEP é de 0,65%, e da COFINS é de 4%.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em Outros Resultados Abrangentes (ORA), e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do período.

Detalhes sobre os aspectos tributários a que a BNDESPAR está sujeita encontram-se na Nota Explicativa n.º 21.10.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

11.1.1. Demonstração da Despesa de IR e CSLL

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido apurados conforme alíquotas nominais e os valores registrados estão evidenciados a seguir:

	Três meses findos em	
	30/06/2017	30/06/2016
Resultado antes da tributação sobre o lucro	54.751	(1.387.146)
Encargo total de IRPJ e CSLL à alíquota combinada de 34%	(18.615)	471.630
Ajustes		
. Equivalência Patrimonial Líquida	(57.729)	(31.494)
. Dividendos de investimentos avaliados a custo ou valor justo	36.688	91.637
. Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos ¹	(1.248)	(422.320)
. Outros ²	(5.266)	1.695
Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE	(46.170)	111.148
. Tributos Correntes	(247.551)	(143.472)
. Tributos Diferidos	201.381	254.620
Alíquota Efetiva	84,3%	8,0%

	Seis meses findos em	
	30/06/2017	30/06/2016
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.868.821	(3.906.589)
Encargo total de IRPJ e CSLL à alíquota combinada de 34%	(635.399)	1.328.240
Ajustes		
. Equivalência Patrimonial Líquida	42.808	8.968
. Dividendos de investimentos avaliados a custo ou valor justo	46.336	94.610
. Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos ¹	(66.674)	(631.657)
. Outros ²	(6.382)	(13.813)
Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE	(619.311)	786.348
. Tributos Correntes	(282.478)	(352.731)
. Tributos Diferidos	(336.833)	1.139.079
Alíquota Efetiva	33,1%	20,1%

¹ Decorrem, principalmente, de mudanças na expectativa de realização de diferenças temporárias dedutíveis de anos anteriores.

² Refere-se, principalmente, a outras diferenças permanentes.

11.1.2. IR e CSLL Diferidos

(a) Saldo dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem

Ativo	30/06/2017	31/12/2016	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado			
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	8.677.511	8.984.202	Alienação dos títulos
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	426.108	410.386	Decisão judicial definitiva
. Ágio amortizado	56.518	113.281	Alienação dos títulos
. Provisão para risco de crédito	167.179	110.534	Reversão da provisão ou efetivação da perda
. Outros	26.499	43.898	
Subtotal	9.353.815	9.662.301	
Contrapartida no patrimônio líquido			
. Perda atuarial – FAMS	16.225	14.299	Pagamento das despesas médicas
Subtotal	16.225	14.299	
Total dos créditos tributários diferidos	9.370.040	9.676.600	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo	30/06/2017	31/12/2016	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado			
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(272.494)	(215.770)	Alienação dos títulos
. Ganho por compra vantajosa	(728.951)	(728.951)	Alienação dos títulos
. Outros	(5.977)	(34.354)	
Subtotal	(1.007.422)	(979.075)	
Contrapartida no patrimônio líquido			
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - disponíveis para venda	(8.489.320)	(9.754.302)	Alienação dos títulos
Subtotal	(8.489.320)	(9.754.302)	
Total dos débitos tributários diferidos	(9.496.742)	(10.733.377)	

(b) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem

Ativo	31/12/2016	Constituição	Realização	30/06/2017
Contrapartida no resultado:				
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	8.984.202	253.204	(559.895)	8.677.511
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	410.386	18.955	(3.233)	426.108
. Ágio amortizado	113.281	-	(56.763)	56.518
. Provisão para risco de crédito	110.534	138.917	(82.272)	167.179
. Outros	43.898	2.726	(20.125)	26.499
Subtotal	9.662.301	413.802	(722.288)	9.353.815
Contrapartida no patrimônio líquido:				
. Perda atuarial – FAMS	14.299	1.926	-	16.225
Subtotal	14.299	1.926	-	16.225
Total dos créditos tributários diferidos	9.676.600	415.728	(722.288)	9.370.040

Passivo	31/12/2016	Constituição	Realização	30/06/2017
Contrapartida no resultado:				
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(215.770)	(231.740)	175.016	(272.494)
. Ganho por compra vantajosa	(728.951)	-	-	(728.951)
. Outros	(34.354)	-	28.377	(5.977)
Subtotal	(979.075)	(231.740)	203.393	(1.007.422)
Contrapartida no patrimônio líquido:				
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	(9.754.302)	-	1.264.982	(8.489.320)
Subtotal	(9.754.302)	-	1.264.982	(8.489.320)
Total dos débitos diferidos	(10.733.377)	(231.740)	1.468.375	(9.496.742)

(c) Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos

	31/12/2016	Efeito no Resultado	Efeito no PL	30/06/2017
Créditos tributários diferidos	9.676.600	(308.486)	1.926	9.370.040
Débitos tributários diferidos	(10.733.377)	(28.347)	1.264.982	(9.496.742)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	(1.056.777)	(336.833)	1.266.908	(126.702)

	31/12/2015	Efeito no Resultado	Efeito no PL	30/06/2016
Créditos tributários diferidos	9.002.332	1.028.054	8.424	10.038.810
Débitos tributários diferidos	(4.372.883)	111.025	(2.852.456)	(7.114.314)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	4.629.449	1.139.079	(2.844.032)	2.924.496

(d) Créditos tributários diferidos não reconhecidos

Em 30 de junho de 2017, não foram reconhecidos créditos tributários no montante de R\$ 385.265 (R\$ 291.803 em 31 de dezembro de 2016), em sua maioria, pelo fato de não possuírem expectativa de realização nos próximos 10 anos. Tais créditos poderão ser registrados no período em que atenderem aos critérios normativos e/ou apresentarem expectativa de realização pelo prazo máximo de 10 anos.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Expectativa de realização dos créditos e débitos tributários diferidos

	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2017	294.370	3,1%	(777.317)	8,2%	(482.947)
2018	997.181	10,6%	(888.140)	9,3%	109.041
2019	945.665	10,1%	(845.982)	8,9%	99.683
2020	951.362	10,2%	(896.841)	9,4%	54.521
2021	1.371.029	14,6%	(926.074)	9,8%	444.955
2022 a 2026	4.802.028	51,3%	(4.679.093)	49,3%	122.935
Após 2026 ³	8.405	0,1%	(483.295)	5,1%	(474.890)
Total	9.370.040	100%	(9.496.742)	100%	(126.702)

³ Refere-se aos créditos tributários constituídos anteriormente à Resolução n.º 3.355/2006.

11.1.3. Tributos a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:

	30/06/2017	31/12/2016
IRPJ/CSLL a compensar	610.127	576.347
Imposto de renda retido na fonte	43.497	71.164
Outros	3.555	1.176
Total no Circulante	657.179	648.687

11.2. Provisões trabalhistas e cíveis

A BNDESPAR é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, previdenciárias, cíveis e tributárias decorrentes do curso normal de suas atividades.

As informações sobre a regulamentação e política da BNDESPAR para tratamento destes processos podem ser encontradas na Nota Explicativa nº 21.11.

As provisões constituídas estão apresentadas, segregadas por natureza, a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
Processos trabalhistas	7.270	15.213
Processos cíveis	1.245.987	1.191.806
Total	1.253.257	1.207.019
Circulante	3.401	-
Não Circulante	1.249.856	1.207.019

Cronograma esperado de realização destas provisões em 30 de junho de 2017:

	Processos trabalhistas	Processos cíveis
2018	6.803	-
2019	395	2.381
2020	56	27
2021	16	1.243.579
Total	7.270	1.245.987

a) Processos trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre oito processos judiciais em andamento, que se referem, basicamente, a processos relativos a horas extras pré-contratadas (extintas quando do advento da Lei n.º 10.566/2002) e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Collor).

Em 30 de junho de 2017 existiam 9 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 1.804, que versam sobre complementação de aposentadoria, reforma administrativa do Governo Collor e hora extra.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir demonstra-se a movimentação das provisões trabalhistas nos exercícios:

	30/06/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	15.213	13.531
Pagamentos	(7.835)	(343)
Constituições	1.566	3.400
Reversões	(1.674)	(1.375)
Saldo no final do período	7.270	15.213

b) Processos cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre seis processos, sendo que os principais pleitos versam sobre indenizações referentes a alienações do controle de empresas no âmbito do Programa Federal de Desestatização ou privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do PND, além daquelas acerca de questões contratuais.

Um dos principais pleitos refere-se a uma ação ajuizada em 1995, decorrente de um leilão de privatização ocorrido em 1989, onde a sentença de 1º grau em favor da BNDESPAR foi reformada, estando pendente o julgamento dos recursos interpostos.

Movimentação das provisões cíveis no período:

	30/06/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	1.191.806	1.078.299
Constituições	54.181	117.595
Reversões	-	(4.088)
Saldo no final do período	1.245.987	1.191.806

Em 30 de junho de 2017 existiam 17 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 1.293.710, dentre os quais 16 processos no valor de R\$ 1.290.714 se referem a questões tributárias e versam sobre cobrança de PIS e COFINS sobre venda de participações societárias, cobrança de IPTU e questões contratuais.

12. PARTES RELACIONADAS

A BNDESPAR tem relacionamento e transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme Pronunciamento CPC n.º 05, aprovado pela Deliberação CVM n.º 560/2008.

12.1. Transações com o controlador

As operações realizadas com o controlador estão resumidas a seguir e as condições descritas na Nota Explicativa n.º 10.1.2 (obrigações por repasses):

	30/06/2017	31/12/2016
Ativo		
Aplicações em operações compromissadas ⁽¹⁾	5.981.201	3.961.872
Passivo		
Operações de repasses	-	(553.293)

	30/06/2017	30/06/2016
Receitas:		
Aplicações em operações compromissadas	277.643	70.415
Despesas:		
Operações de repasses	(17.477)	(11.662)

⁽¹⁾ As aplicações em operações compromissadas com o controlador são consideradas como caixa e equivalentes de caixa, vide Nota Explicativa n.º 21.9.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

12.2. Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, a BNDESPAR mantém transações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, no curso de suas operações, tais como Banco do Brasil, Eletrobras e Petrobras.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
Ativos		
Fundos, operações compromissadas, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários e dividendos e JSCP a receber	5.996.094	3.221.069
Provisão para risco de crédito	(149)	(1.393)

A BNDESPAR também investe em ações de algumas dessas Companhias conforme demonstrado na Nota Explicativa n.º 4.2.

12.3. Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

As transações com o plano de aposentadoria e pensões e com o plano de assistência e saúde, administrado pela FAPES, resumidas a seguir, encontram-se detalhadas na Nota Explicativa n.º 13.1:

	30/06/2017	31/12/2016
Passivo		
Passivo atuarial - Plano Básico de Benefícios (PBB)	393.525	382.782
Passivo atuarial - Plano de Assistência e Saúde (PAS)	333.129	296.847
Patrimônio líquido		
Outros resultados abrangentes - PBB	(209.260)	(207.904)
Outros resultados abrangentes - PAS	(126.508)	(98.242)

	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Despesas:				
Plano Básico de Benefícios – PBB	(8.152)	2.659	(19.444)	(1.969)
Plano de Assistência e Saúde – PAS	(2.960)	1.537	(8.017)	(2.422)

12.4. Transações com coligadas

A BNDESPAR possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 4. Além dos aportes de capital nas investidas e o recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, o BNDES e suas subsidiárias têm outras operações de concessão de crédito com essas empresas.

Essas operações com as investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes, em relação às demais, nos resultados e na posição financeira da Sociedade.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
Ativos		
Direitos Recebíveis	-	165.939
Provisão	-	(165.939)
Dividendos a receber de coligadas	84.982	99.239

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

12.5. Remuneração de empregados e dirigentes

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração da BNDESPAR (membros dos Conselhos de Administração e Fiscal):

	30/06/2017	30/06/2016
Benefícios de curto prazo:		
Salários e encargos	398	409

Estão destacadas abaixo as informações relativas às maiores e menores remunerações pagas a administradores e empregados (salário mensal, sem encargos) da BNDESPAR no período:

	30/06/2017		30/06/2016	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário	8,01	67,23	8,09	62,25
Menor Salário	8,01	3,68	7,08	3,40
Salário Médio	8,01	31,91	7,92	30,03

A BNDESPAR não possui remuneração baseada em ações e não oferece outros benefícios de longo prazo para seu pessoal-chave da Administração.

Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da BNDESPAR.

A BNDESPAR não concede empréstimos ao pessoal-chave da gestão – diretores, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

Movimentação dos saldos provisionados para participação nos resultados de empregados, decorrentes de pagamentos, ajustes e novos provisionamentos:

	30/06/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	5.573	8.415
Ajuste do valor provisionado	253	51
Pagamentos realizados	(5.826)	(8.466)
Provisão do exercício	-	5.573
Saldo no fim do semestre/exercício	-	5.573

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

13. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Informações regulamentares dos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica e outros benefícios concedidos aos empregados da BNDESPAR podem ser encontrados na Nota Explicativa n.º 21.12.

13.1. Planos de aposentadoria complementar e de assistência médica

As obrigações registradas no balanço patrimonial relativas aos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica estão representadas a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
Passivo atuarial - Plano Básico de Benefícios (PBB)	393.525	382.782
Passivo atuarial - Plano de Assistência e Saúde (PAS)	333.129	296.847
Total do passivo atuarial	726.654	679.629
Circulante		
Passivo atuarial – PBB	13.043	12.352
Passivo atuarial – PAS	14.046	12.719
	27.089	25.071
Não Circulante		
Passivo atuarial – PBB	380.482	370.430
Passivo atuarial – PAS	319.083	284.128
	699.565	654.558

13.1.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do PBB efetuada por atuário externo, com base nos dados de maio de 2017 e atualizada até 30 de junho de 2017:

	30/06/2017	31/12/2016
Valor presente da obrigação atuarial	1.831.475	1.814.750
Valor justo dos ativos do plano	(1.437.951)	(1.431.967)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	393.524	382.783

Em 29/12/2016, foi validado pelo Conselho Deliberativo da Fapes, após aprovação pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), o Plano de Equacionamento do Déficit do PBB. O valor a ser equacionado é de R\$ 953,5 milhões e serão pagos 50% pelos Patrocinadores e 50% pelos participantes ativos e assistidos. O pagamento será através de contribuição extraordinária, que teve seu início a partir de março de 2017 e duração prevista de 25 anos.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	30/06/2017	31/12/2016
Valor presente no início do período	1.814.750	1.566.397
Custo do serviço corrente	606	1.806
Custo dos juros da obrigação	94.415	219.592
Contribuições dos participantes do plano	721	1.373
Benefícios pagos	(58.634)	(114.309)
Perdas (Ganhos) atuariais	(20.383)	139.891
Mudança de premissas (crescimento salarial)	602	273
Mudança de premissas (taxa de desconto)	61.695	184.949
Ajuste de experiência	(82.680)	(45.331)
Valor presente no final do período	1.831.475	1.814.750

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	30/06/2017	31/12/2016
Valor justo no início do período	1.431.967	1.312.498
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(21.739)	23.565
Contribuições recebidas do empregador*	11.135	24.842
Contribuições recebidas dos participantes	721	1.373
Benefícios pagos	(58.633)	(114.309)
Receita dos juros	74.500	183.998
Valor justo no final do período	1.437.951	1.431.967

*Correspondem a contribuições para ativos, assistidos e contrato de dívida

A BNDESPAR espera contribuir com o PBB, para o próximo ano, em aproximadamente R\$ 23.272.

A duração média da obrigação atuarial é de 17,73 anos em 30 de junho de 2017 (17,27 anos em 31 de dezembro de 2016).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 30 de junho de 2017 para os próximos anos:

Plano PBB	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
BNDESPAR	133.650	134.259	406.127	3.078.214	3.752.250

Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte) e taxa de crescimento salarial (1% a.a. na taxa vigente) utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(167.116)	(9,12%)
Redução de 1% a.a.	198.332	10,83%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	29.493	1,61%
Redução de 1 ano na idade	(30.483)	(1,66%)
Taxa de crescimento salarial		
Aumento de 1% a.a.	1.269	0,07%
Redução de 1% a.a.	(1.222)	(0,07%)

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Resultado	30/06/2017	31/12/2016
Custo do serviço corrente	606	1.806
Custo dos juros da obrigação	94.415	219.592
Receita de juros dos ativos	(74.500)	(183.998)
Total	20.521	37.400
Outros resultados abrangentes		
Saldo do início do período	207.905	91.579
Perdas (Ganhos) atuariais	(20.383)	139.891
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	21.739	(23.565)
Saldo no final do período	209.261	207.905

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos do PBB, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

Ativos por categoria	30/06/2017				31/12/2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	305.863	511.473	474.701	1.292.037	259.038	518.826	507.279	1.285.143
Ações	228.279			228.279	225.376			225.376
Multimercado	34.044	511.473	474.701	1.020.218	33.662	518.826	462.392	1.014.880
Empresas emergentes	3.007			3.007			1.660	1.660
Participações	40.533			40.533			43.227	43.227
Imóveis ¹	110.195			110.195		117.513		117.513
Locados a terceiros	104.158			104.158		111.089		111.089
Locados aos Patrocinadores	6.037			6.037		6.424		6.424
Empréstimos e Financiamentos			50.031	50.031			52.438	52.438
Subtotal	416.058	511.473	524.732	1.452.263	259.038	636.339	559.717	1.455.094
Outros ativos (passivos) não avaliados a valor justo ²				8.490				8.379
Outras deduções ³				(25.917)				(31.506)
Total 31/05/2017				1.434.836				1.431.967
Atualização de data base ⁴				3.115				-
Total				1.437.951				1.431.967

¹ O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R\$ 3.755 em 30 de junho de 2017 (R\$ 3.999 em 31 de dezembro de 2016)² Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis³ Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos⁴ Projeção do valor justo dos ativos do plano para 30/06/2017. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Taxa Selic vigente em 30/06/2017

Contas a Pagar FAPES - Passivo adicional

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% a.a. mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

	30/06/2017	31/12/2016
Contratos de 2002 (a)	120.237	121.923
Contratos de 2004 (b)	10.550	14.007
Total	130.787	135.930

(a) Refere-se ao acordo entre as empresas do Sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei n.º 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que preveem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

(b) Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

A FAPES, através de pleito administrativo, solicitou junto aos patrocinadores do PBB o reconhecimento de valores adicionais aos contratos existentes em função de interpretação e reavaliação de cláusulas estabelecidas nestes contratos, e de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009 que, em sua avaliação, requerem a recomposição histórica do custeio do plano.

Em 30 de dezembro de 2014, a Administração manifestou-se em relação ao pleito, condicionando o reconhecimento do montante adicional da dívida à avaliação e aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Planejamento.

Em 21 de julho de 2016, a FAPES ingressou, na Justiça Federal do Rio de Janeiro, com ação de cobrança. Em 26 de julho de 2016, o SEST manifestou-se contrariamente ao pagamento dos valores pleiteados pela FAPES.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 24 de novembro de 2016, a Diretoria da FAPES informou aos participantes e beneficiários assistidos que à pedido dos Patrocinadores, o processo foi suspenso por seis meses pelo Juízo da 29ª Vara Federal para se discutir de forma mais ampla as diferentes questões que desafiam a sustentabilidade do Plano de Previdência administrado pela Fapes. Em maio, o prazo da suspensão expirou e houve uma nova decisão judicial para adiar o processo por mais um período de seis meses.

O BNDES, e por decorrência a BNDESPAR, classificou o risco de perda na Justiça Federal do Rio de Janeiro como remota, e nesse sentido o valor em litígio não foi provisionado.

13.1.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS (FAMS)

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial como obrigações de benefício pós-emprego são os seguintes:

	30/06/2017	31/12/2016
Valor presente das obrigações	333.129	296.847
Passivo líquido	333.129	296.847

A movimentação no saldo da obrigação durante o trimestre é demonstrada a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
Saldo no início do período	296.847	187.830
Custo do serviço corrente	881	1.584
Custo dos juros da obrigação	15.252	26.332
Benefícios pagos	(8.116)	(14.715)
Perdas (Ganhos) atuariais	28.265	95.816
Mudança de premissas (taxa de desconto)	9.010	42.196
Ajuste de experiência	19.255	53.620
Saldo no final do período	333.129	296.847

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	30/06/2017	31/12/2016
Custo do serviço corrente	881	1.584
Custo dos juros da obrigação	15.252	26.332
Total	16.133	27.916

Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes são assim demonstrados:

	30/06/2017	31/12/2016
Saldo do início do período	98.242	2.426
Perdas (Ganhos) atuariais	28.265	95.816
Saldo no final do período	126.507	98.242

A BNDESPAR espera contribuir com a concessão de benefício pós-emprego de assistência e saúde para o próximo ano, em aproximadamente R\$ 16.572.

A duração média da obrigação atuarial é de 24,72 anos em 30 de junho de 2017 (21,04 anos em 31 de dezembro de 2016).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base em 30 de junho de 2017 para os próximos anos:

Plano PAS	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
BNDESPAR	16.572	17.630	58.670	835.437	928.309

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta como a obrigação teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte) e custos médicos (1% a.a. na taxa adotada), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(37.864)	(11,37%)
Redução de 1% a.a.	46.751	14,03%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	11.998	3,60%
Redução de 1 ano na idade	(11.868)	(3,56%)
Taxa de aumento dos custos médicos		
Aumento de 1% a.a.	46.535	13,97%
Redução de 1% a.a.	(38.376)	(11,52%)

13.1.3. Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	30/06/2017	31/12/2016
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2000 basic	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 masculina	AT 49 agravada em 100%
Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 30%	Álvaro Vindas
Taxa real de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	3,36 % a.a.	3,36% a.a.
Grupo Apoio	3,34 % a.a.	3,34% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	8,01% a.a.	10,08% a.a.
Grupo Apoio	7,99% a.a.	10,06% a.a.
Taxa de desconto nominal	10,31% a.a.	12,79% a.a.
Taxa de inflação	4,50% a.a.	6,50 % a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	10,31 % a.a.	12,79% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	5,00% a.a.	5,00 % a.a.

13.1.4. Processos Judiciais e Contingências

		PBB	PAS
Classificação: Provável	Valor	16.555	-
	Quantidade	15	-
Classificação: Possível	Valor	134.523	100
	Quantidade	120	10

Os processos considerados como de perdas prováveis estão registrados no exigível contingencial da Fapes. Esses processos totalizam R\$ 16.555 no PBB e referem-se a pedidos de incorporação de gratificação e recálculo de horas extras; recebimento de desconto a título de pensão na complementação de participante falecido; pleito de complementação de pensão por morte e reclamação trabalhista.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme Resolução CMN n.º 3.823/2009, para as perdas possíveis a Fapes não realiza constituição de provisão, mas sim a divulgação em nota explicativa. Esses processos totalizam R\$ 134.523 no PBB e referem-se a assuntos diversos, em sua maioria relacionados ao Regulamento do Plano Básico de Benefícios, especialmente interpretação de artigos e pedidos de majoração da complementação de aposentadoria. No PAS esses processos totalizam R\$ 100 e referem-se a inclusão de dependente; atendimento Home Care e cancelamento do Plano de saúde.

13.2. Benefícios de rescisão

A BNDESPAR reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometida com a rescisão dos atuais empregados, de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

13.3. Participação nos lucros

A BNDESPAR reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível ao acionista único, BNDES, após certos ajustes. A BNDESPAR reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada.

O detalhamento desta despesa pode ser encontrado na Nota Explicativa n.º 12.5.

13.4. Outros benefícios

	30/06/2017	30/06/2016
Vale-transporte	195	143
Vale-refeição	3.268	2.608
Assistência educacional	1.171	877
Total	4.634	3.628

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 60.344.504, e está representado por uma única ação ordinária nominativa, sem valor nominal, pertencente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

14.1. Ajustes de avaliação patrimonial

	30/06/2017	31/12/2016
Ajuste – acumulado de conversão – reflexo de coligada	(211.712)	43.542
Ajuste – outros resultados abrangentes – reflexo de coligada	89.394	158.925
Ajuste – outros resultados abrangentes – próprios	(319.544)	(291.848)
Mensuração a valor justo de títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda (1)	16.508.530	18.872.142
De títulos próprios	16.479.268	18.934.824
De ativos de empresas coligadas (1)	29.262	(62.682)
Total	16.066.668	18.782.761

(1) Ajuste ao valor de mercado da carteira de participações acionárias classificadas como disponível para venda conforme pronunciamento contábil n.º 38, emitido pelo CPC.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

15. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos das empresas do BNDES é um processo evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a promover o contínuo aprimoramento das políticas, processos, critérios e metodologias de controle de riscos.

Compõem a estrutura de gerenciamento de risco e de controles internos do Sistema BNDES: Conselho de Administração; Diretoria; Comitê de Gestão de Riscos; Subcomitês de Gestão de Risco de Mercado, de Risco de Crédito e de Risco Operacional, Segurança da Informação e Compliance; e unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos.

A Política de Gerenciamento de riscos da BNDESPAR encontra-se na Nota Explicativa nº 21.13.

Risco Operacional

A parcela requerida para risco operacional passou de R\$ 32.338.860, em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 35.416.564, em 30 de junho de 2017. O aumento da parcela ocorreu pelos seguintes motivos:

- alteração do Fator F de 9,875%, em dezembro/2016, para 9,250%, em junho/2017. Esta alteração foi efetivada de acordo com o Artigo 4º da Resolução CMN n.º 4.193/2013; e
- em dezembro de 2016, foram considerados apenas dois períodos anuais e mais um semestre para o cálculo do Indicador de Exposição (IE), ao passo que em junho de 2017 foram considerados três períodos anuais, conforme o Artigo 12-A da Circular BACEN n.º 3.640/2013, introduzido pela Circular BACEN n.º 3.739/2014. O 2º semestre de 2016, que só foi considerado no cálculo da parcela em vigor em junho de 2017, apresentou o IE superior aos demais semestres.

Risco de mercado

Exposição a risco de mercado

Apresentamos a seguir quadro comparativo contendo as exposições a risco de taxas de juros, risco de câmbio e risco de preços, para 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Exposição em 30/06/2017	Exposição em 31/12/2016
Operações de renda fixa			
Juros	Selic / DI	1.736.670	2.374.928
Juros	TJLP	1.091.968	536.837
Juros	Prefixado	61.573	227.033
Juros	IGPM	81.978	219.492
Juros	IPCA	3.517.920	2.936.586
Juros	TR	(1.253.258)	(1.207.019)
Câmbio	Moeda Estrangeira	148.278	149.364
Operações de renda variável			
Preços	Ações	42.106.935	47.028.593
Preços	Debêntures Conversíveis em Ações	1.125.563	1.628.649
Preços	Opções de Ações	188.301	186.259

Análise de sensibilidade

Sob orientação da Instrução CVM n.º 475/2008, apresentamos o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros presentes nas operações da BNDESPAR, que descreve os riscos inerentes a estas operações, e que podem gerar perdas financeiras/econômicas para a Companhia. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerou o efeito tributário incidente sobre o lucro/prejuízo das operações de renda fixa e variável.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Os cenários II e III aplicam os choques de 25% e de 50% (na direção da perda) sobre dados de mercado. As tabelas a seguir apresentam os resultados desse exercício para a posição de 30 de junho de 2017 e de 31 de dezembro de 2016.

30/06/2017					
Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	Queda da Selic / DI	10.117	(20.111)	(33.519)
Juros	TJLP	Queda da TJLP	-	(10.090)	(16.816)
Juros	Prefixado	Queda da taxa Prefixada no momento da reprecificação	(10)	(787)	(1.311)
Juros	IGPM	Queda do IGPM	423	(435)	(725)
Juros	IPCA	Queda do IPCA	15.375	(17.682)	(29.470)
Juros	TR	Alta na TR	11.191	(22)	(44)
Câmbio	Moeda Estrangeira	Queda do câmbio BRL/USD	(1.121)	(19.573)	(32.621)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	Queda nas cotações	3.777.799	(6.947.64)	(13.895.288)
Preços	Debêntures Conversíveis em Ações	Queda nas cotações	-	(265.565)	(473.463)
Preços	Opções de Ações	Queda nas cotações	-	(62.301)	(168.320)

31/12/2016					
Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	Queda da Selic / DI	4.927	(36.161)	(60.268)
Juros	TJLP	Queda da TJLP	-	(5.315)	(8.858)
Juros	Prefixado	Alta da taxa Prefixada no momento da reprecificação	17.755	-	-
Juros	IGPM	Queda do IGPM	306	(1.411)	(2.351)
Juros	IPCA	Queda do IPCA	(4.409)	(19.100)	(31.834)
Juros	TR	Alta na TR	(8.020)	(227)	(454)
Câmbio	Moeda Estrangeira	Queda do câmbio BRL/USD	6.086	(19.716)	(32.860)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	Queda nas cotações	5.567.520	(7.759.718)	(15.519.436)
Preços	Debêntures Conversíveis em Ações	Queda nas cotações	-	(391.192)	(740.215)
Preços	Opções de Ações	Queda nas cotações	-	(57.081)	(141.855)

As perdas potenciais indicadas nos exercícios de deterioração da variável de risco consideradas na análise de sensibilidade em cumprimento da Instrução CVM n.º 475/2008, inclusive aquelas relacionadas a instrumentos derivativos originados naturalmente no âmbito das operações de apoio financeiro por intermédio de instrumentos de renda variável, não refletem adequadamente a percepção dos riscos de mercado da BNDESPAR no âmbito da estruturação e contratação das operações; não correspondem a prováveis ônus financeiros e econômicos da Instituição; e também não representam impactos prováveis de ocorrer no resultado do sistema BNDES.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de Liquidez

O Sistema BNDES realiza a gestão de risco de liquidez de forma agregada, não o fazendo de forma individualizada por empresa. O Sistema BNDES monitora seu risco de liquidez utilizando 3 indicadores, que buscam cobrir, tanto risco no curto prazo, quanto no longo prazo. Para acompanhamento do risco de liquidez de curto prazo, são calculados dois indicadores inspirados nas orientações associadas à implementação de Basileia III no Brasil. O primeiro índice é o *Liquidity Coverage Ratio* (LCR), que mede a capacidade de a instituição financeira cobrir, com ativos de alta liquidez, saídas líquidas de caixa em um cenário de estresse de 30 dias corridos. O indicador é calculado como a razão entre os ativos de alta liquidez e as saídas líquidas de caixa. O segundo índice, o LCR3, estende o horizonte de análise do LCR de 1 para 3 meses. Para o acompanhamento do risco de liquidez de longo prazo, replica-se a metodologia do *Net Stable Funding Ratio* (NSFR), proposto no Acordo de Basileia III. O Índice de Liquidez de Longo Prazo, NSFR, é calculado como a razão entre passivos longos e ativos ilíquidos. Para os três indicadores, recomenda-se que seus valores sejam superiores a 1.

Complementando a informação anterior, a tabela a seguir apresenta os fluxos financeiros dos passivos da BNDESPAR e respectivos prazos de vencimento. Apesar de a maior parte do passivo contrato ter prazo de vencimento inferior a 5 anos, a BNDESPAR possui ativos líquidos suficientes para cobrir as saídas de caixa programadas.

30/06/2017			
Vencimentos	Repasses – BNDES	Debêntures	Outras obrigações (*)
2017	-	-	-
2018	-	96.977	-
2019	-	1.907.638	-
2020	-	-	-
2021	-	-	-
Após 2021	-	-	-
Total	-	2.004.615	-

31/12/2016			
Vencimentos	Repasses – BNDES	Debêntures	Outras obrigações (*)
2017	41.574	932.723	-
2018	-	95.281	5.653
2019	27.422	1.874.265	-
2020	63.894	-	-
2021	-	-	-
Após 2021	-	-	-
Total	132.890	2.902.269	5.653

(*) Inclui: Instrumentos financeiros derivativos, aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários e dividendos a pagar.

Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito total, sem a aplicação de mitigadores de risco ou provisões para risco de crédito, passou de R\$ 59.746.527, em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 53.712.862, em 30 de junho de 2017. Destacou-se no semestre uma redução de 23,7% no valor dos ativos financeiros designados a valor justo pelo resultado.

	30/06/2017	31/12/2016
Itens On Balance		
Ativos financeiros disponíveis para venda	44.035.281	48.792.012
Ativos financeiros designados a valor justo pelo resultado	3.121.856	4.093.937
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	4.998.095	5.035.446
Outros	1.166.635	1.502.071
Itens Off Balance		
Compromissos a Liberar	390.995	323.061
Total	53.712.862	59.746.527

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

16. GESTÃO DE CAPITAL

Os principais objetivos do BNDES e de suas controladas relacionados ao gerenciamento de capital encontram-se na Nota Explicativa nº 21.14.

17. CONTRAGARANTIAS PRESTADAS

A Companhia ofereceu em caução 7.744.038 ações preferenciais nominativas de emissão da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras (posteriormente desdobradas em 61.952.304 ações preferenciais) e 28.083.251.230 ações ordinárias nominativas de emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás (posteriormente grupadas em 56.166.502 ações ordinárias), em contragarantia ao Tesouro Nacional, por conta de aval e empréstimos no montante de US\$ 600 milhões, captados no exterior pelo seu acionista único - BNDES. Do montante dessas ações, 61.952.304 ações preferenciais de emissão da Petrobras e 1.510.070 ações ordinárias de emissão da Eletrobrás continuam bloqueadas nas entidades de custódia.

18. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As políticas observadas pela BNDESPAR na apuração das informações por segmento encontram-se na Nota Explicativa nº 21.15.

As informações por segmento operacional foram analisadas e são demonstradas a seguir:

30/06/2017					
	Renda fixa	Renda Variável	Outros Segmentos	Não alocado	Totais
RECEITAS OPERACIONAIS	576.073	2.212.860	277.643	-	3.066.576
Receitas de juros + atualização monetária + variação cambial	524.013	-	277.643	-	801.656
Resultado com fundos de investimentos	-	149.735	-	-	149.735
Resultado com alienação de títulos renda variável	-	1.233.138	-	-	1.233.138
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	545.684	-	-	545.684
Outras receitas	52.060	284.303	-	-	336.363
DESPESAS OPERACIONAIS	(219)	-	(17.477)	-	(17.696)
Despesa de juros + atualização monetária + variação cambial	-	-	(17.477)	-	(17.477)
Outras despesas	(219)	-	-	-	(219)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	-	1.714	-	(166.866)	(165.152)
Despesas com pessoal	-	-	-	(79.035)	(79.035)
Despesas tributárias	-	-	-	(93.328)	(93.328)
Despesas administrativas	-	-	-	(18.746)	(18.746)
Atualização monetária de ativos e passivos	-	1.714	-	30.262	31.976
Depreciação	-	-	-	(1.372)	(1.372)
Outras receitas/despesas operacionais	-	-	-	(4.647)	(4.647)
ITENS NÃO CAIXA SIGNIFICATIVOS	(209.579)	(751.255)	-	(54.073)	(1.014.907)
Constituição (reversão) da provisão para redução no valor recuperável	(125.482)	-	-	-	(125.482)
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	-	-	-	(54.073)	(54.073)
Resultado de equivalência patrimonial	-	79.552	-	-	79.552
Atualização monetária e juros de emissões de debêntures	(84.097)	-	-	-	(84.097)
Constituição (reversão) da provisão para perdas em investimentos	-	(719.656)	-	-	(719.656)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(111.151)	-	-	(111.151)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	366.275	1.463.319	260.166	(220.939)	1.868.821
Tributos sobre o lucro	-	-	-	(619.311)	(619.311)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	366.275	1.463.319	260.166	(840.250)	1.249.510
ATIVOS EM 30/06/2017	9.096.593	59.405.501	5.981.201	2.085.059	76.568.354
Investimentos em coligadas (MEP) em 30/06/2017	-	14.959.605	-	-	14.959.605

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

30/06/2016					
	Renda fixa	Renda Variável	Outros Segmentos	Não alocado	Totais
RECEITAS OPERACIONAIS	915.559	831.851	171.913	-	1.919.323
Receitas de juros + atualização monetária + variação cambial	909.819	-	171.913	-	1.081.732
Resultado com fundos de investimentos	-	(75.731)	-	-	(75.731)
Resultado com alienação de títulos de renda variável	-	617.039	-	-	617.039
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	256.018	-	-	256.018
Outras receitas	5.740	34.525	-	-	40.265
DESPESAS OPERACIONAIS	(352)	-	(23.612)	-	(23.964)
Despesa de juros + atualização monetária + variação cambial	-	-	(23.612)	-	(23.612)
Outras despesas	(352)	-	-	-	(352)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	-	21	-	(221.166)	(221.145)
Despesas com pessoal	-	-	-	(133.040)	(133.040)
Despesas tributárias	-	-	-	(91.486)	(91.486)
Despesas administrativas	-	-	-	(39.742)	(39.742)
Atualização monetária líquida de ativos e passivos	-	21	-	33.157	33.178
Depreciação	-	-	-	(2.412)	(2.412)
Outras receitas/despesas operacionais	-	-	-	12.357	12.357
ITENS NÃO CAIXA SIGNIFICATIVOS	(190.977)	(5.337.088)	-	(52.738)	(5.580.803)
Constituição (reversão) da provisão para redução no valor recuperável	63.130	-	-	-	63.130
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	-	-	-	(52.738)	(52.738)
Resultado de equivalência patrimonial	-	38.135	-	-	38.135
Atualização monetária e juros de emissões de debêntures	(254.107)	-	-	-	(254.107)
Constituição (reversão) da provisão para perdas em investimentos	-	(4.774.686)	-	-	(4.774.686)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(600.537)	-	-	(600.537)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	724.230	(4.505.216)	148.301	(273.904)	(3.906.589)
Tributos sobre o lucro	-	-	-	786.348	786.348
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	724.230	(4.505.216)	148.301	512.444	(3.120.241)
ATIVOS EM 31/12/2016	11.897.865	62.429.973	3.961.872	2.109.386	80.399.096
Investimentos em coligadas (MEP) em 31/12/2016	-	14.609.243	-	-	14.609.243
ATIVOS EM 30/06/2016	12.205.871	48.694.178	4.053.202	4.576.678	69.529.929
Investimentos em coligadas (MEP) em 30/06/2016	-	14.969.692	-	-	14.969.692

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

A partir de decisão do TCU (TC-029.845/2016-5), de 18 de julho de 2017, a BNDESPAR suspendeu os pagamentos mensais relativos aos contratos de dívida das empresas do Sistema BNDES com a FAPES. As condições desses contratos estão descritas na nota explicativa n.º 13.1.1, item "Contas a pagar FAPES – Passivo adicional".

20. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A BNDESPAR

20.1. Objetivos e atuação

- Fortalecer as estruturas de capital das empresas e apoiar novos investimentos na economia;
- Apoiar o desenvolvimento de empresas emergentes;
- Apoiar o desenvolvimento de pequenas e médias empresas;
- Desenvolver a indústria de fundos fechados de "private equity"; e
- Contribuir para o desenvolvimento do mercado de capitais.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

21. PRÁTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS GERAIS SIGNIFICATIVAS

As políticas contábeis adotadas pela BNDESPAR são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas informações trimestrais.

A seguir são apresentadas as práticas contábeis e estimativas gerais significativas consideradas pela Administração da BNDESPAR:

21.1. Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais foram elaboradas com base na moeda funcional, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a BNDESPAR opera.

b) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se a taxa de câmbio à vista da moeda estrangeira na data da transação.

As variações cambiais que surgem quando da liquidação de saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração do resultado.

21.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

(a) Ativos contabilizados pelo custo amortizado

A BNDESPAR avalia, em cada data de balanço, a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros, contabilizados pelo custo amortizado, possam ser reduzidos ao valor recuperável.

Um ativo ou um grupo de ativos financeiros é reduzido ao valor recuperável, e são incorridas perdas por redução ao valor recuperável, caso haja evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

A BNDESPAR considera os seguintes itens como evidências objetivas de perdas no valor recuperável:

- Inadimplemento igual ou maior que 90 dias;
- Falência ou concordata do cliente; e
- Recuperação judicial.

Além disso, os seguintes itens qualitativos devem ser monitorados, pois podem indicar uma evidência de redução ao valor recuperável:

- Deterioração de classificação de risco elaborada internamente;
- Fraude;
- Renegociação que afete o fluxo de caixa original da operação (redução);
- Perda das garantias contratuais.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

O período estimado entre a ocorrência do evento de perda e sua identificação é definido pela Administração em função da relevância do crédito, sendo de seis meses para créditos significativos e doze meses para créditos não significativos, considerando inclusive qualquer evento extraordinário no mercado, em que a Administração julgue como perda no valor recuperável do ativo.

A BNDESPAR avalia primeiramente se existe evidência objetiva de perda sobre ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se não houver evidência objetiva de perda, estes são incluídos em um grupo de ativos financeiros com características semelhantes de risco de crédito e avaliados coletivamente. Os ativos avaliados individualmente e para os quais haja perda por redução ao valor recuperável não são incluídos na avaliação coletiva.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro, para o qual exista garantia, reflete os fluxos de caixa que podem ser resultantes da execução da garantia, menos os custos para obter e vender a garantia, caso a execução da garantia seja provável ou remota.

Os fluxos de caixa futuros do grupo de ativos financeiros que são coletivamente avaliados para fins de redução ao valor recuperável são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência de perda histórica para os ativos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela BNDESPAR para reduzir qualquer diferença entre estimativas de perda e a experiência de perda atual.

Se o montante de perda por redução ao valor recuperável for diminuído em um período subsequente, e a diminuição estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorra após seu reconhecimento, a perda reconhecida anteriormente é revertida, com o montante de reversão reconhecido na demonstração do resultado.

(b) Ativos categorizados como disponíveis para venda

A BNDESPAR avalia em cada data de balanço a existência de evidências objetivas de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros disponíveis para venda esteja sujeito à perda em seu valor recuperável.

Para os títulos de dívida, a BNDESPAR utiliza os mesmos critérios definidos para ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado.

Para os títulos patrimoniais, além dos critérios definidos para ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado, as evidências objetivas de perdas no valor recuperável incluem também o declínio significativo ou prolongado no valor justo de um título abaixo do seu custo. A determinação do que é considerada uma queda “significativa” ou “prolongada” exige julgamento. No âmbito do Sistema BNDES, a definição de “declínio significativo ou prolongado do valor justo abaixo do custo” leva em consideração as características de atuação da BNDESPAR e o perfil da sua carteira de participações acionárias, compatíveis com seu papel institucional de subsidiária de um banco de desenvolvimento, que normalmente a distingue das demais organizações por fatores como longo prazo de maturação dos investimentos, ausência de pressão para liquidação (estabilidade do seu *funding*), atuação anticíclica em momentos de maior aversão ao risco e operações de apoio via instrumentos de renda variável, em linha com as diretrizes e políticas institucionais do BNDES. Adicionalmente, o julgamento também considera informações quantitativas e qualitativas disponíveis no mercado, tais como desempenho do setor, mudanças na tecnologia, fluxo de caixa operacional e financeiro, liquidez das ações e volatilidade.

Quando tal evidência objetiva existe para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – que é mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo na data-base, menos qualquer perda por redução no valor recuperável reconhecida anteriormente para esse mesmo ativo financeiro – é reciclada do patrimônio líquido para o resultado do período, ressaltando-se que essas perdas não poderão ser revertidas subsequentemente.

A análise do valor recuperável dos instrumentos patrimoniais, efetuada pela BNDESPAR em 30 de junho de 2017, está descrita nas Notas Explicativas n.º 3 e 4.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

21.3. Redução no valor recuperável de ativos não-financeiros

Os ativos não financeiros que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de redução ao valor recuperável. Estes ativos também são revisados quanto à verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o seu valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O ágio, quando apurado na aquisição de coligada, é testado por redução ao valor recuperável juntamente com o investimento avaliado pela equivalência patrimonial.

O valor da provisão para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros, exceto o ágio, é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das informações trimestrais.

21.4. Reconhecimento de Receita

(a) Receitas e despesas de juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas dentro de "receitas de operações financeiras" e "despesas de operações financeiras" na demonstração do resultado, usando o método da taxa efetiva de juros, exceto aqueles mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

(b) Receita de honorários e comissões

Receita de honorários e comissões é geralmente reconhecida conforme o regime contábil de competência no período em que os serviços são prestados.

Entretanto, as receitas de comissões caracterizadas como receitas de originação de instrumentos financeiros classificados nas categorias de empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, são acrescidas ao valor justo inicial dos instrumentos financeiros relacionados e apropriadas ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo reconhecidas nas respectivas contas de receitas e despesas de juros, conforme aplicável.

(c) Receita de dividendos

A receita de dividendos de instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda é reconhecida na demonstração do resultado quando o direito de seu recebimento é estabelecido.

21.5. Estimativas contábeis gerais

A preparação de informações financeiras requer o uso de estimativas e suposições sobre condições futuras. O uso da informação disponível e a aplicação do julgamento são inerentes à formação de expectativas. Os resultados reais no futuro podem diferir dos relatos.

A Administração da BNDESPAR entende que foram feitos todos os ajustes considerados necessários para uma boa apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado do período e dos fluxos de caixa da BNDESPAR para o período apresentado.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente:

	Nota Explicativa
Valor justo de ativos e passivos financeiros	n.º 3 e 10
Provisão para redução no valor recuperável	n.º 9
Provisão para perdas em investimentos	n.º 4
Provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários	n.º 11.1
Provisões trabalhistas e cíveis	n.º 11.2
Benefícios a empregados	n.º 13

21.6. Participações Societárias

A carteira de participações societárias é composta, em sua maior parte, por ativos classificados como instrumentos financeiros, representados por ações de emissão de empresas sobre as quais a BNDESPAR não exerce influência significativa, sendo avaliadas por seus valores justos. Sua composição também inclui investimentos em empresas coligadas, sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa.

Influência significativa é definida como o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas.

Os ativos da carteira de participações societárias da BNDESPAR são oriundos, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo.

21.6.1. Títulos e Valores Mobiliários – Ações disponíveis para venda

Os Pronunciamentos Técnicos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários, alinhados às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS prescrevem que as participações societárias em entidades que não sejam controladas, controladas em conjunto ou coligadas devem ser tratadas como instrumento financeiro, aplicando-se o conceito de valor justo como base de avaliação.

Quando inicialmente reconhecidas, a BNDESPAR classifica as participações societárias nas quais não exerce influência significativa na categoria “disponível para venda” e mensura o investimento pelo valor justo na data da negociação, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do instrumento. Após o reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelos seus valores justos sem nenhuma dedução dos custos de transação em que possa incorrer na alienação. As mudanças no valor justo das participações societárias são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido da BNDESPAR, na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas mudanças no valor justo correspondem a ganhos ou perdas econômicas ainda não realizadas, registrados na Demonstração do Resultado Abrangente. Quando o investimento é alienado ou apresenta evidência de perda sobre seu valor recuperável, o ganho ou a perda acumulado anteriormente e reconhecidos no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado.

Ao determinar e divulgar o valor dos investimentos em participações societárias classificadas como “disponível para venda”, a BNDESPAR leva em consideração o nível de hierarquia conforme descrito na Nota Explicativa n.º 3.2.4.

Adicionalmente, em algumas poucas situações, o investimento é mensurado pelo custo (“Valor de Custo”). É o caso de empresas cujas ações não são listadas em bolsa e que apresentam um intervalo amplo de valores justos possíveis de serem aceitos para a data de referência no âmbito do esforço de avaliação estabelecido no Nível 3, sem que se possa determinar a probabilidade associada às estimativas que compõem tal intervalo, para as quais é mantido o custo de aquisição.

21.6.1.1. Análise do valor recuperável de investimentos em ações disponíveis para venda

A BNDESPAR realizou análise individual do valor recuperável dos instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, baseando-se em (i) informações quantitativas e qualitativas disponíveis no mercado, (ii) características de cada instrumento como risco, setor e volatilidade, (iii) além do exame de declínio significativo ou prolongado no valor justo desses ativos.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base nessa avaliação, a Administração identificou que alguns investimentos passaram a apresentar declínio significativo ou prolongado em relação ao seu custo de aquisição, configurando assim uma evidência objetiva de perda. Combinada com uma análise qualitativa desses ativos, ajustes negativos até então registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes (ORA) foram reclassificados para o resultado como “constituição de provisão para perdas em investimentos”. As perdas por redução ao valor recuperável para determinado investimento apuradas após tal reclassificação são reconhecidas diretamente no resultado.

21.6.1.2. Outros resultados com investimentos em ações disponíveis para venda

O resultado com alienação de títulos de renda variável é apurado pela receita de vendas deduzida de custos e despesas incorridas.

21.6.2. Investimentos – Participações em Coligadas

Coligadas são todas as investidas sobre as quais a BNDESPAR exerce “influência significativa”. A influência significativa é presumida quando se possui 20% ou mais do capital votante da investida.

A Administração entende que em alguns casos cujas participações acionárias detidas pela BNDESPAR representam mais de 20% do capital votante, tal presunção de influência significativa não se verifica em termos concretos, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julgou exercer influência significativa em determinadas entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante por influenciar as políticas operacionais e financeiras de tais entidades.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial o qual determina o reconhecimento inicial do investimento pelo seu valor de aquisição e o posterior aumento ou redução do valor contábil pelo reconhecimento da participação nas variações patrimoniais das investidas geradas após a aquisição. A participação da BNDESPAR nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida no resultado e sua participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa, diretamente no patrimônio líquido.

Os ganhos e perdas por diluição ou por aumento no percentual de participação são reconhecidos no resultado do período em que ocorrerem.

O investimento em coligadas inclui o ágio na aquisição, apurado pela diferença entre o valor pago (ou compromissos a pagar) e sua participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. O ganho na compra vantajosa apurado na aquisição de coligada é reconhecido no resultado do período.

Não há nenhuma restrição significativa que poderia limitar a capacidade das coligadas em transferir fundos para a BNDESPAR na forma de dividendos ou efetuar pagamentos de créditos e/ou adiantamentos.

Para a aplicação do método de equivalência patrimonial a BNDESPAR utiliza as informações trimestrais das coligadas com defasagem de 60 (sessenta) dias, conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade do uso de informações trimestrais de mesma data-base. Tal fato decorre das coligadas serem independentes da BNDESPAR, possuindo contabilidade não integrada, e, conseqüentemente, cronogramas diversos de elaboração das informações trimestrais, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas.

21.6.2.1. Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a BNDESPAR avalia, em cada coligada, a necessidade de reconhecimento de perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido, incluindo eventual parcela de ágio. Esta avaliação se dá por meio da comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável, sendo realizada semestralmente ou a qualquer momento, quando houver indicação de perda de valor do investimento.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Para o cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda é determinado pelo maior valor entre: i) o preço de cotação da BM&FBOVESPA, deduzido de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa e ii) o valor obtido por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos proventos esperados (dividendos e juros sobre o capital próprio), acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada apurado com base em modelos de precificação.

21.7. Ativos e passivos financeiros

21.7.1. Ativos financeiros

21.7.1.1. Classificação

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Nessa categoria são incluídos os ativos financeiros mantidos para negociação e aqueles que são designados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao valor justo através do resultado (*Fair value option*).

Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando (i) adquiridos, principalmente, com o objetivo de negociação no curto prazo, (ii) no reconhecimento inicial forem parte integrante de uma carteira de instrumentos financeiros administrados em conjunto e para os quais exista evidência recente de obtenção de lucros a curto prazo, ou (iii) ainda forem um derivativo que não tenha sido designado como instrumento de hedge contábil.

Um ativo financeiro pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação elimina ou reduz significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos e/ou passivos financeiros, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da BNDESPAR, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

São ativos financeiros não derivativos mantidos por um período indefinido, que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou à mudança de taxa de juros, taxa de câmbio ou preços. São incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

Incluem-se nessa categoria, principalmente, cotas de fundos de investimento, ações de companhias abertas e fechadas e debêntures.

Os ganhos e as perdas oriundos de mudanças no valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", líquidos dos efeitos tributários, com exceção da perda por redução no valor recuperável, juros calculados pelo método de juros efetivos e ganhos e perdas cambiais calculados sobre ativos monetários, que são reconhecidos diretamente no resultado. Quando o investimento é alienado ou apresenta problemas de recuperação, o ganho ou a perda acumulado anteriormente no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dividendos de instrumentos de patrimônio disponíveis para venda são reconhecidos no resultado quando é estabelecido o direito da BNDESPAR de recebê-los.

(c) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida com a aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, caso em que o reconhecimento dos juros seria imaterial. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes.

Algumas debêntures, classificadas como designadas a valor justo, possuem opções de conversibilidade ou permuta em ações de companhias fechadas. A precificação desses derivativos embutidos ou dos derivativos isolados, ligados a ações não cotadas em bolsa, envolve aspectos/dificuldades relacionados à iliquidez dos mesmos. Assim, por serem títulos conversíveis ou permutáveis em ações de empresas fechadas e, adicionalmente em alguns casos, condicionados a um percentual futuro do capital social de uma entidade ainda não operacional, não possuem referências de preços no mercado, cujo esforço de valoração desses derivativos apresenta um intervalo amplo de valores possíveis sem que se possa determinar, de forma confiável, a probabilidade associada às estimativas que compõem tal intervalo, sendo válida a adoção do seu custo, conforme determinado no item AG81 do Pronunciamento Técnico CPC 38.

Adicionalmente, no que se refere à parcela de crédito dessas debêntures, a possibilidade de cálculo do valor presente dos fluxos descontados não se torna confiável devido à ausência de parâmetros confiáveis de mercado, quer pela inexistência de referências válidas de preços ou de spreads de risco, dados necessários para o desconto a valor presente, segundo os modelos adotados atualmente.

Em função dos fatores mencionados, gerados pela especificidade das operações do Sistema BNDES, conclui-se que a premissa mais confiável é a mensuração do título pela sua curva, visto que o intervalo de estimativas razoáveis do valor justo é significativo e as probabilidades das várias estimativas não podem ser razoavelmente avaliadas.

Os empréstimos e recebíveis compreendem as vendas a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e debêntures simples. Tais instrumentos representam apoio financeiro e são classificadas, de acordo com o julgamento da Administração, quanto ao nível de risco, considerando-se a conjuntura econômica, experiências passadas e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

21.7.1.2. Reconhecimento e mensuração inicial

Os Ativos financeiros são reconhecidos quando a BNDESPAR se torna parte ativa das disposições contratuais do instrumento.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da transação, na qual a BNDESPAR se compromete a comprar ou vender o instrumento, exceto para empréstimos, adiantamentos e transações regulares de compra e venda que requerem a entrega em data estabelecida por convenção de mercado, cujo reconhecimento se dá na data de liquidação.

Os ativos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo através do resultado são inicialmente mensurados ao valor justo, sendo os respectivos custos de transação e receitas de origem reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Os demais ativos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescidos dos custos de transação e das receitas de origem.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

21.7.1.3. Mensuração subsequente

Ativos financeiros classificados nas categorias “disponíveis para venda” e “mensurados ao valor justo através do resultado” são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ativos financeiros classificados nas categorias de empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e para alocar a receita ou a despesa de juros ao período de competência. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a BNDESPAR estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui os eventuais custos de transação, receitas de originação e outros prêmios ou descontos.

Quando o valor de um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares for reduzido em decorrência de perda por redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida usando a taxa efetiva de juros, utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da redução ao valor recuperável.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo dos ativos financeiros classificados na categoria “mensurados ao valor justo através do resultado” são incluídos no resultado do período quando ocorrem.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros classificados na categoria “disponíveis para venda” são reconhecidos diretamente em conta específica do patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, até o ativo financeiro ser baixado ou provisionado por perda ao seu valor recuperável.

Nesse caso, o ganho ou perda acumulado na conta específica do patrimônio líquido deve ser transferido para o resultado do período. Contudo, os juros calculados por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros e os ganhos e perdas de variação cambial de ativos monetários classificados na categoria de disponíveis para venda são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem. Os dividendos de títulos patrimoniais classificados na categoria de disponíveis para venda são reconhecidos no resultado no momento em que é estabelecido o direito da entidade de recebê-los.

21.7.1.4. Baixa

Ativos financeiros são baixados quando os direitos sobre o recebimento dos fluxos de caixa se expiram, ou quando a BNDESPAR transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro.

21.7.1.5. Reclassificações de ativos financeiros

Uma vez feita a classificação de um ativo financeiro em uma categoria específica quando do seu reconhecimento inicial, o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração restringe as circunstâncias nas quais seja permitida ou necessária a transferência de determinado ativo para outra categoria. À exceção da reclassificação da categoria “disponíveis para venda” para a categoria “mantidos até o vencimento”, geralmente mudanças entre categorias somente podem ser feitas em raras circunstâncias, por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data da classificação inicial.

21.7.1.6. Valor justo dos ativos financeiros

Ao determinar e divulgar o valor justo dos ativos financeiros a BNDESPAR utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os inputs significativos são baseados nos dados de mercados observáveis.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais, qualquer input significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem (i) preços de mercado ou cotações de instituições financeiras/corretoras para instrumentos similares; fluxo de caixa descontado, Black-Scholes-Merton (para opções do tipo europeia cujos ativos-objeto são negociados em bolsa) e Simulação de Monte Carlo (para opções/derivativos cujo ativo-objeto não é negociado em bolsa de valores).

As principais premissas utilizadas quando da utilização da técnica Black-Scholes-Merton são as seguintes:

- Data inicial: refere-se à data da avaliação, ou seja, a data final de cada semestre;
- Data final: data de vencimento;
- Preço do ativo: última cotação média do ativo objeto observada até o final da primeira quinzena do mês de referência, podendo ser ajustado nos casos em que há oscilação significativa das cotações na data base;
- Preço alvo (*strike price*): projeção do preço de exercício da opção na data final, de acordo com as condições contratuais;
- Taxa livre de risco: taxa nominal pré-fixada de título público emitido pelo Tesouro Nacional que tiver prazo compatível ao do ativo sob avaliação;
- *Dividend yield*: calculado caso a caso, mas geralmente, definido como a média dos últimos anos;
- Volatilidade: adotou-se como padrão a volatilidade anualizada com base na oscilação diária do ativo-objeto ao longo dos últimos 4 anos.

As principais premissas utilizadas quando da utilização da técnica “Simulação de Monte Carlo” são as seguintes:

- O valor justo das demais opções/derivativos cujo ativo-objeto não é negociado em bolsa de valores é calculado pela apuração do valor justo da opção com base na diferença entre o valor econômico do ativo objeto, determinado a partir de modelos de precificação baseado em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, e o saldo devedor do contrato da debênture na data de referência;
- O valor justo de opções do tipo americana cujos ativos objetos não são negociados em bolsa de valores é calculado com base em modelo de avaliação de portfólio.

21.7.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, adicionados os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Após o reconhecimento inicial, o saldo é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

21.7.2.1. Classificação

A BNDESPAR somente possui passivos financeiros classificados na categoria “mensurados ao custo amortizado”.

Estão inclusas: as obrigações por debêntures emitidas, empréstimos e repasses e outros valores a pagar.

21.7.2.2. Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a BNDESPAR se torna parte passiva das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros classificados na categoria “mensurados ao valor justo através do resultado” são inicialmente registrados ao valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos diretamente no resultado.

Os passivos financeiros classificados na categoria “mensurados ao custo amortizado” são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos/deduzidos dos custos de transação e de prêmios e descontos.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

21.7.2.3. Mensuração subsequente

Passivos financeiros classificados na categoria “mensurados ao valor justo através do resultado” são subsequentemente mensurados ao valor justo, enquanto os passivos financeiros classificados na categoria “mensurados ao custo amortizado” são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros.

21.7.2.4. Baixa

Passivos financeiros são baixados quando suas obrigações são eliminadas, canceladas ou extintas.

21.7.3. Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido somente quando a BNDESPAR tem o direito legal e a intenção de compensar valores ativos com valores passivos e liquidar estes ativos e passivos por diferença ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

21.7.4. Derivativos

A BNDESPAR, quando aplicável, utiliza derivativos com intuito de proteção, visando à adequação de sua composição de ativos e passivos financeiros, ao gerenciamento do perfil de produtos e ao atendimento de quaisquer outras finalidades alinhadas a seus objetivos institucionais, buscando-se a eficiência na gestão financeira. Não são utilizados derivativos para tomar posições de caráter especulativo, que gerem intencionalmente posições descobertas vinculadas a apostas direcionais.

A estratégia de proteção consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor justo ou de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo ou passivo financeiro.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos imediatamente no resultado.

Um derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo, enquanto um derivativo com valor justo negativo é reconhecido no passivo. Um derivativo é apresentado como ativo ou passivo não corrente se o prazo de vencimento remanescente do instrumento for superior a 12 meses e não se espera que seja realizado ou liquidado em um período mais curto.

Adicionalmente, a BNDESPAR utiliza instrumentos financeiros que se enquadram na definição de derivativos embutidos, como parte de algumas operações de renda variável. Tais derivativos, por exemplo opções de conversão/permuta de debêntures em ações, encontram-se embutidos em instrumentos jurídicos ligados à carteira de aplicações financeiras. Assim, quando aplicável, podem ser segregados dos contratos principais e classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, ou todo o contrato é classificado nesta categoria.

21.8. Patrimônio líquido

21.8.1. Pagamento de dividendos

A distribuição de dividendos para o acionista único é reconhecida como um passivo nas informações trimestrais ao final de cada período, com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da BNDESPAR, que corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da reserva para compatibilização de práticas contábeis. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelo Conselho de Administração.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

21.8.2. Reserva de incentivos fiscais

Os incentivos fiscais, com a edição da Lei n.º 11.638/2007, passaram a transitar pelo resultado e a serem destinados como reserva de lucros.

21.8.3. Ajustes de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, líquidas de efeitos tributários, em decorrência de sua avaliação a valor justo.

21.9. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significativo de mudança de valor.

Nestas informações trimestrais somente as aplicações em operações compromissadas são consideradas como "caixa e equivalentes de caixa", cujos vencimentos se darão em três meses ou menos a contar da data da aquisição e registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

21.10. Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)

(a) Tributos correntes sobre o lucro

Os tributos correntes sobre o lucro (IRPJ e CSLL) representam o montante a pagar ou a recuperar.

(b) Tributos diferidos sobre o lucro

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, na data do balanço, entre a base fiscal de ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de divulgação financeira, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. As principais diferenças temporárias da companhia referem-se a provisões não dedutíveis e ao ajuste a valor justo de instrumentos financeiros.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis são registrados desde que possuam expectativa de realização em até 10 anos e limitado ao montante dos lucros tributáveis futuros contra as quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, exceto para os créditos fiscais constituídos anteriormente à Resolução CMN n.º 3.059/2002, que são reconhecidos independentemente de possuírem expectativa de realização acima de 10 anos.

Esses critérios estão fundamentados em estudo técnico, elaborado semestralmente, o qual se baseia em premissas quanto à expectativa de geração de lucros futuros no período de 10 anos, considerando estimativas e avaliações quanto a tendências futuras, de acordo com as determinações da Instrução CVM n.º 371/2002. A companhia também observa os preceitos da Resolução CMN n.º 3.059/2002, seguindo as regras adotadas pelo seu controlador, BNDES, para fins de consolidação de informações trimestrais.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

21.11. Provisões trabalhistas e cíveis

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/2009 e na Deliberação CVM n.º 594/2009, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil n.º 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Basicamente, o Pronunciamento requer o seguinte com relação aos Ativos e Passivos Contingentes, bem como à Provisão para processos trabalhistas e cíveis:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.
- **Passivos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e quando praticável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.
- **Provisão:** são obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: máximo, médio e mínimo, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos internos e externos.

Conforme a expectativa de perda, a política adotada para a classificação das ações é a seguinte:

Risco Mínimo – são classificadas nesta categoria todas as ações em primeira instância e também, de acordo com a matéria impugnada no recurso, todas as que possuem decisão favorável em primeira ou em segunda instância.

Risco Médio – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável em primeira ou em segunda instância, mas, de acordo com a matéria impugnada no recurso, existe a possibilidade de reversão do resultado.

Risco Máximo – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável, em primeira ou em segunda instância, e outras que, de acordo com a matéria impugnada no recurso, dificilmente poderão ter sua decisão revertida.

Com a finalidade de alinhamento da política adotada pelo Banco com as normas descritas anteriormente, tem-se o seguinte:

Critérios Jurídicos	Possibilidade de Perda	Consequência Contábil
Risco mínimo	Remota	Sem exigência de divulgação e provisionamento
Risco médio	Possível	Divulgação
Risco máximo	Provável	Provisionamento e divulgação

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas informações trimestrais da BNDESPAR, sendo divulgados apenas quando a Administração possui garantias de sua realização ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a probabilidade da entrada de benefícios econômicos é alta.

21.12. Obrigações de benefícios a empregados

21.12.1. Plano de aposentadoria complementar - Plano Básico de Benefícios - PBB

A BNDESPAR oferece plano de aposentadoria complementar. O plano é financiado por pagamentos a um fundo fiduciário, determinados por cálculos atuariais periódicos. O plano é de benefício definido.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários independentes, não são reconhecidos como ativo do patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do fundo de pensão.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o Método de Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas entre a BNDESPAR e o plano de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

O plano de aposentadoria complementar oferecido pela BNDESPAR é administrado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, instituída em 1975 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, hoje BNDES.

A FAPES é uma entidade fechada de previdência privada. Seu principal objetivo é complementar os benefícios previdenciários, concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, para os funcionários de seus patrocinadores: BNDES, FINAME, BNDESPAR e a própria FAPES.

A gestão e a fiscalização da FAPES são realizadas pelo Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FAPES, responsável pela política geral de administração da Entidade, seus planos de benefícios, orçamento anual e suas alterações e planos de aplicação do patrimônio. É constituído de seis membros, sendo três indicados pelos patrocinadores e três eleitos pelos participantes ativos e assistidos, conforme estabelece o Estatuto.

A FAPES opera um plano de benefício definido e no dimensionamento de suas provisões foi admitido o regime financeiro de capitalização.

Características do Plano

O Plano Básico de Benefícios – PBB é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido que objetiva conceder aos seus participantes a complementação vitalícia do benefício básico concedido pela Previdência Social (INSS).

É prevista a concessão dos seguintes benefícios:

- a) complementação de aposentadoria;
- b) complementação de pensão;
- c) complementação de auxílio-reclusão;
- d) complementação de abono anual (13º salário);
- e) complementação de auxílio-doença; e
- f) pecúlio por morte.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Estrutura regulatória na qual o plano opera

O PBB é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria SPC n.º 2.598, de 06 de novembro de 2008, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- **Emenda Constitucional n.º 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;
- **Lei Complementar n.º 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes;
- **Lei Complementar n.º 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil;
- **Resolução MPS/CNPC n.º 8 de 31/10/2011**, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das informações trimestrais. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa resolução.
- **Resolução CGPAR 9, de 10/05/2016**, que estabelece as diretrizes e estratégias relacionadas à atuação de estatais patrocinadoras de planos de benefícios; e
- **Resolução CGPC nº 26/2008**, que em suas alterações dispõem sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências.

O resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas ou até o limite calculado pela fórmula “Limite da Reserva de Contingência” = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do Plano})] \times \text{Provisão Matemática}$, o que for menor. Somente os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios.

Em caso de déficits, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, quando for superior ao limite calculado pela fórmula “Limite de Déficit Técnico Acumulado” = $1\% \times (\text{duração do passivo do Plano} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$ (art. 28 da Resolução MTPS/CNPC nº 22/2015).

Tanto a destinação e utilização do superávit quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-ão de forma paritária entre participantes e patrocinador.

Avaliação atuarial e contabilização

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado (PUC). Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes à remuneração das Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), negociadas em 29 de dezembro de 2016, com vencimento em 2026.

A Resolução MPS/CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das informações trimestrais. As principais pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004. Em agosto de 2008, foram celebrados instrumentos particulares de retificação e aditamento a esses contratos, que sanaram pendências existentes desde as celebrações originais em novembro de 2004.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

21.12.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS (FAMS)

A BNDESPAR oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e à conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Esta obrigação é calculada anualmente por atuários independentes.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes e o custo financeiro do plano são reconhecidos no resultado do período.

O PAS é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES e tem como destinatários os beneficiários titulares e os dependentes destes, tal como definido no Regulamento do Plano.

Os beneficiários do Plano são os empregados ativos e aposentados do BNDES e de suas subsidiárias, e seus respectivos dependentes; tendo ainda, o dependente, após o falecimento do beneficiário titular, direito ao Plano por um período de até 25 meses.

As despesas referentes à manutenção do PAS são cobertas pelo Fundo de Assistência Médico Social – FAMS.

O FAMS não está coberto por ativos garantidores. A antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pela BNDESPAR com base nos orçamentos apresentados pela FAPES que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas.

O PAS é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência à Saúde – RAS, aprovado pela diretoria do BNDES e pelas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde – ANS.

21.13. Gerenciamento de Riscos

Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. O conceito inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A gestão de risco operacional no Sistema BNDES contempla o desempenho das atividades de identificação, avaliação e monitoramento de riscos, controles, de gestão da continuidade de negócios, de cálculo do capital regulamentar e do processo contínuo de comunicação.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional provê as metodologias para o desempenho dessas atividades, amparada pelas Políticas Corporativas de Gestão de Risco Operacional, de Controles Internos e de Gestão de Continuidade de Negócios, que estabelecem o conjunto de princípios, ações, papéis e responsabilidades relativos aos temas no Sistema BNDES.

Exposição ao Risco Operacional

O valor da parcela do capital mínimo exigido referente ao risco operacional (RWAOPAD) é calculado conforme estabelecido pela Circular BACEN n.º 3.640/2013, com base no Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela Instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado e a Política Corporativa de Gestão de Riscos de Mercado do Sistema BNDES e de suas subsidiárias define o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos da Instituição, a fim de buscar o adequado gerenciamento dos riscos.

Risco de câmbio

A BNDESPAR está exposta aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio decorrentes de operações em moedas estrangeiras. O risco de câmbio é monitorado diariamente através da apuração da exposição cambial do Sistema BNDES. As estratégias de hedge são feitas para o Conglomerado Prudencial, através da atuação nos mercados de derivativos cambiais.

Risco de taxas de juros

É o risco de o valor justo de instrumentos financeiros oscilarem devido a mudanças nas taxas de juro de mercado. O risco de juros é controlado para o Sistema BNDES. Adicionalmente, o risco de descasamento entre indexadores e taxas é monitorado mensalmente e está sujeito a limites aprovados pela Diretoria. Os limites são estabelecidos para cada uma das empresas do Sistema BNDES e também para Conglomerado Prudencial.

Risco de preços

É o risco de o valor justo de instrumentos financeiros oscilarem como resultado de alterações nos preços de mercado, quer sejam essa alteração por fatores específicos do instrumento financeiro, ou fatores que afetam todos os instrumentos financeiros semelhantes negociados no mercado.

Instrumentos financeiros

A unidade responsável pela gestão de risco de mercado do Sistema BNDES acompanha diariamente informações relativas a carteira de instrumentos financeiros da BNDESPAR. Essa carteira é formada por: participações societárias em companhias abertas listadas na Bovespa e em empresas fechadas, cotas de fundos de investimentos em participações, debêntures com e sem opcionalidades, captações e outros títulos que apresentem algum dos riscos de mercado listados anteriormente.

Métricas de risco e governança

Para a aplicação das métricas e análises de risco definidas pelo regulador, a carteira de instrumentos financeiros da BNDESPAR é segregada em carteira de negociação e de não negociação, de acordo com algumas premissas.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e frequente ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem. A carteira de negociação da BNDESPAR, atualmente, não possui instrumentos financeiros.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Gerencialmente, o Sistema BNDES apura os riscos de juros, câmbio e preços utilizando as métricas VaR (Value at Risk), Teste de Estresse, análise de sensibilidade e análise de descasamento por fator de risco. Somado a isso, são aplicadas as metodologias designadas pelo regulador em sua modelagem padronizada. Duas métricas são utilizadas para avaliar o risco de taxa de juros para a carteira de não negociação: *Economic Value Of Equity* (EVE) e *Net Interest Income* (NII). As medidas de risco são analisadas por meio de relatórios diários ou mensais, a depender de sua finalidade e alçada decisória.

Quanto à governança, o sistema BNDES dispõe de diferentes comitês para discutir sobre assuntos ligados a risco de mercado, formados por níveis hierárquicos distintos. Além disso, está em vigor estrutura de limites de risco de mercado e alertas que controlam os riscos das carteiras, permitindo o alinhamento com o perfil de risco estipulado nos comitês.

Análise de sensibilidade

Na elaboração da análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução Normativa CVM n.º 475/2008:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia;
- Definição de um cenário provável, nos termos da Deliberação CVM n.º 604/2009, do comportamento do risco que é referenciado por fonte externa independente para o prazo de 1 ano;
- Definição de dois cenários adicionais, nos termos da Instrução CVM n.º 475/2008, com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários II e III);
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e seus reflexos no resultado e no patrimônio líquido; e
- O cenário provável e os de estresse (II e III) foram comparados com o cenário atual para cada tipo de instrumento financeiro.

Para o cálculo da análise de sensibilidade das operações em renda fixa e de taxa de câmbio, o cenário provável, avaliado internamente, considera a expectativa de comportamento das taxas nos próximos 12 meses, podendo ocasionar ganhos ou perdas para a Instituição.

O cenário provável para as operações de renda variável (ações) foi calculado com base no beta de cada uma das ações que compõem a carteira da BNDESPAR e em avaliações internas para determinação da taxa livre de risco de um ano e do prêmio de risco de mercado, utilizando para tal o modelo CAPM (*Capital Asset Pricing Model*). O valor da carteira de ações em 30 de junho de 2017 foi utilizado como base do cenário atual. Foram excluídas da análise as ações que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Para os derivativos analisados, o risco de preço do ativo subjacente a tais instrumentos financeiros pode ser considerado como o mais relevante, cuja variação pode responder pela maior parcela de alteração do valor justo desses instrumentos de renda variável em determinado período. Para fins da Deliberação CVM n.º 604/2009 e da Instrução CVM n.º 475/2008, na análise de sensibilidade dos derivativos, foi considerado como cenário provável o próprio valor justo já registrado, uma vez que esse valor já reflete a expectativa da administração e se baseia em fontes externas de dados acerca das variáveis de risco que fazem parte dos modelos de precificação adotados para o cálculo do valor justo. Esse cenário foi base para os cenários de deterioração de 25% e 50% da principal variável de risco considerada, o preço à vista da ação objeto. O risco associado à alta ou queda no preço do ativo objeto depende do tipo do derivativo.

Outro ponto relevante sobre os derivativos é que algumas dessas operações (opções de venda detidas ou opções de compra de ações cedidas) foram realizadas em conjunto com a aquisição de seu ativo objeto, o que, sob o ponto de vista de portfólio, implica em mitigação de risco. Sob a ótica de balanço, essa redução de risco nem sempre é aparente, pois variações no valor desses instrumentos podem causar impacto em contas diferentes (resultado ou Patrimônio Líquido) a depender de sua classificação contábil. Além disso, a BNDESPAR não adota a prática de hedge accounting para tais instrumentos, o que poderia evitar esse tipo de conflito no balanço patrimonial da Instituição.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Em relação aos derivativos que constam da presente análise, é importante notar a diferença do impacto econômico entre dois horizontes de tempo: (i) no período completo de vigência do derivativo; e (ii) nos períodos intermediários compreendidos no prazo de vigência do derivativo citado no item (i). No caso do período completo, entre a data de aquisição do derivativo e o seu vencimento (item i), não há risco de perda acumulada no resultado, uma vez que, no momento inicial, esse instrumento possui valor justo igual a zero, sem qualquer desembolso correspondente a título de prêmio. Já no caso dos períodos intermediários (item ii), existe o risco de perda de valor dos derivativos em decorrência de eventuais variações negativas no valor justo destes instrumentos. Tais variações nestes períodos geram impacto no resultado e no patrimônio da Instituição.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de o Sistema BNDES não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; da desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador; da redução de ganhos ou remunerações; das vantagens concedidas nas renegociações; e dos custos de recuperação.

O objetivo primordial da gestão de risco de crédito é a mensuração adequada do risco de perdas financeiras na carteira. As empresas do Sistema BNDES utiliza a metodologia padronizada para o cálculo do Capital Regulamentar conforme normativos emitidos pelo Conselho Monetário Nacional. Os ativos da BNDESPAR, incluindo derivativos, provisionam capital regulamentar, respeitando as regras definidas na Circular BACEN n.º 3.644/2013.

A unidade responsável pela gestão do risco de crédito do Sistema BNDES realiza estimativas para os diferentes componentes de risco dos ativos inseridos na parcela regulamentar de capital, além de modelagens de capital econômico por meio de metodologias analíticas e por simulação. Tais análises são desenvolvidas com vistas à implementação futura do modelo avançado conforme diretrizes de Basileia. Desse modo, o risco da carteira é avaliado por meio da obtenção de estimativas para os seguintes componentes: (i) a probabilidade de inadimplência do tomador ou contraparte (PD); (ii) a exposição com o tomador ou contraparte no momento da inadimplência (EAD); (iii) as perdas decorrentes da inadimplência (LGD); e (iv) a maturidade ou prazo efetivo de vencimento dos contratos.

Entretanto, merece ser destacado que, para a obtenção de estimativas em conformidade com as diretrizes de Basileia, as mensurações devem refletir as perspectivas de perdas (modelo de perdas esperadas), enquanto que as estimativas com vistas ao atendimento do CPC 38 devem evidenciar perdas incorridas. Por esta razão, a unidade responsável pela gestão do risco de crédito trabalha atualmente com bancos de dados e análises segregadas para Basileia e CPC. Particularmente em relação às estimativas exigidas pelos novos padrões contábeis, são efetuadas diversas segmentações e tratamentos específicos entre os quais se encontram o cálculo e a análise dos parâmetros de risco verificados isoladamente para a carteira da BNDESPAR.

Exposição ao Risco de Crédito

As exposições a risco de crédito são calculadas conforme estabelecido pela Circular BACEN n.º 3.644/2013. O valor da parcela RWA_{CPAD} é calculado mensalmente com base no Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

21.14. Gestão de Capital

Os principais objetivos, das empresas do Sistema BNDES, relacionados ao gerenciamento de capital são os seguintes:

- Manter uma sólida base de capital que suporte de forma efetiva o desenvolvimento de seus negócios;
- Cumprir as exigências estabelecidas pelos órgãos reguladores dos mercados bancários onde opera; e
- Assegurar rentabilidade compatível com os riscos assumidos pelo BNDES e por suas empresas controladas.

A adequação da estrutura de capital e o monitoramento dos limites relacionados ao capital regulatório são realizados pelo BNDES por meio da implementação de processos, métodos e procedimentos originados das diretrizes definidas pelo Comitê de Basileia, na forma implementada pelo Banco Central do Brasil. Desse modo, a autoridade monetária exige que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN mantenham, permanentemente:

- Um Patrimônio de Referência (PR) compatível com o risco de suas atividades e apurado segundo a Resolução CMN nº 4.192/2013; e
- Requerimentos Mínimos de Capital em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), apurados em conformidade com os artigos 6º ao 9º da Resolução CMN nº 4.193/2013.

Dessa forma, com o objetivo de assegurar a compatibilidade entre o capital mantido pela instituição e o capital requerido para fazer frente aos riscos incorridos em suas atividades, todas as exposições a risco provenientes das operações da BNDESPAR estão inseridas nas parcelas componentes do capital regulamentar do BNDES conforme determinado pela legislação vigente. Por outro lado, os ativos da BNDESPAR são considerados, pelo Método de Equivalência Patrimonial, parte integrante do capital mantido pelo BNDES e reportado em suas demonstrações consolidadas.

Adicionalmente, cabe destacar que todos os limites regulamentares apurados pelo BNDES, notadamente àqueles relacionados às exposições aos diferentes riscos, incluem as operações realizadas pela BNDESPAR. De modo semelhante, os indicadores gerenciais monitorados mensalmente para o acompanhamento das exposições permitem tanto a avaliação por empresa do conglomerado econômico financeiro quanto às análises em bases consolidadas.

21.15. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O relatório de Informações por Segmento de Negócios segue as premissas utilizadas no relatório interno fornecido ao "principal gestor das operações", responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais. Na BNDESPAR, "o principal gestor das operações" é sua Diretoria, que, atuando de forma colegiada, é responsável pela gestão dos segmentos operacionais, conforme previsto no Pronunciamento CPC 22.

Na identificação de seus segmentos divulgáveis, a BNDESPAR organiza suas operações em dois segmentos, em linha com os produtos e serviços que viabilizam seu apoio financeiro: "Renda Fixa", apoio financeiro através de instrumentos de renda fixa; e "Renda Variável", apoio financeiro através de instrumentos de renda variável. O apoio financeiro através de instrumentos de renda fixa compreende basicamente as operações de aquisição/subscrição de debêntures e as de venda a prazo de títulos e valores mobiliários, enquanto o apoio financeiro através de instrumentos de renda variável inclui basicamente a aquisição de participações societárias e de cotas de fundos de participações. Os recursos excedentes, após aplicação nos segmentos de renda fixa e de renda variável, representam as disponibilidades e compõem "Outros Segmentos".

A alocação do custo do *funding* aos segmentos operacionais obedece às seguintes premissas: (i) "Renda Variável": alocação, primeiramente, de recursos próprios, fonte não onerosa, e, caso estes sejam insuficientes, são alocados recursos menos onerosos; (ii) "Outros Segmentos": alocação das fontes de recursos mais onerosas; e (iii) "Renda Fixa": o custo alocado é a diferença entre o custo de captação total e os custos de captação alocados ao segmento de renda variável e aos outros segmentos.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

As práticas contábeis adotadas na elaboração da informação por segmentos operacionais estão em linha com as práticas contábeis adotadas na apuração das demonstrações contábeis, não sendo necessária qualquer conciliação entre as práticas.

A BNDESPAR avalia o desempenho de seus segmentos com base no lucro operacional líquido. Os tributos sobre o lucro e as despesas tributárias são monitorados de forma centralizada, sem alocação aos segmentos. As receitas operacionais se originam integralmente de clientes externos, não havendo operações entre os segmentos.

21.16. Alterações de normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC

Não houve aplicação inicial de norma, alterações de norma ou mudança voluntária de política contábil decorrente de emissão de normas emitidas pelo CPC no período findo em 30 de junho de 2017.

Além disso, não houve emissão de novas, alterações e interpretações de normas pelo CPC para o período findo em 30 de junho de 2017.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Fernando Antônio Ribeiro Soares - Presidente

Antônio Carlos de Paiva Futuro

Cleitton dos Santos Araújo

George Alberto de Aguiar Soares

Hailton Madureira de Almeida

CONSELHO FISCAL:

José Franco Medeiros de Moraes

Luis Eduardo Salem

Mariângela Fialek

Adriano Pereira de Paula - Suplente

Antônio Sávio Lins Mendes - Suplente

DIRETORIA:

Paulo Rabello de Castro – Diretor-Presidente

Cláudia Pimentel Trindade Prates

Eliane Aleixo Lustosa de Andrade

Marcelo de Siqueira Freitas

Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos

Ricardo Luiz De Souza Ramos

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA:

Vânia Maria da Costa Borgerth – CRC-RJ 064817/O-3

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE RELATÓRIOS SOCIETÁRIOS:

Alexandre Cordeiro de Andrade - CRC-RJ 080694/O-0

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as informações financeiras intermediárias

Aos:
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
BNDES Participações S.A.
Brasília – DF

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 1º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil
T +55 21 3529-9150
www.grantthornton.com.br

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da BNDES Participações S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 – *Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e “ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias

Não revisamos, nem foram revisadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis da JBS S.A. (“JBS”) para o período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2017. Como consequência, não nos foi possível concluir quanto à adequação dos valores representativos de tal investimento naquela data no montante de R\$ 5.596.973 mil e do correspondente ganho de equivalência patrimonial no montante de R\$ 60.723 mil registrado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 (perda de equivalência patrimonial de R\$ 135.352 mil no período de três meses findo em 30 de junho de 2017), com base no patrimônio líquido dessa investida, como divulgado na Nota explicativa 4.3.2.

Adicionalmente, conforme mencionado Nota explicativa 4.3.4, devido à falta de divulgação pela JBS de demonstrações contábeis revisadas ou auditadas em 30 de junho de 2017, dos possíveis efeitos decorrentes de investigações internas e externas envolvendo a JBS no âmbito da “Operação Lava Jato”, da ausência de um plano de negócios atualizado e redimensionado, bem como da existência de incertezas significativas correlacionadas as premissas a serem utilizadas para a elaboração de uma avaliação econômico-financeira (teste de *impairment*), a Administração da Companhia decidiu adiar a realização do teste de *impairment* da JBS para o segundo semestre de 2017, quando entende que haverá base para uma estimativa confiável do valor recuperável do investimento. Consequentemente, não nos foi possível determinar se teria havido a necessidade de ajuste ao valor recuperável (*impairment*) do investimento em 30 de junho de 2017.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto quanto ao assunto mencionado no parágrafo base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período de três e seis meses do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e ao período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados de 06 de março de 2017 e 08 de agosto de 2016, respectivamente, sem modificação.

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2017.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3 “S” – DF

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 “S” – DF

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**CARTEIRA DE AÇÕES - POSIÇÃO: 30/06/2017**

Empresas	% Total	% ON	% PN
AES ELPA S.A.	(*)	(*)	0,00
AES TIETÊ ENERGIA S/A	28,33	14,38	37,40
AES URUGUAIANA EMPREENDIMENTOS S.A.	(*)	(*)	0,00
ALTUS SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO S.A.	34,84	0,58	100,00
AMATA S.A.	10,44	10,44	0,00
BCPAR S.A.	10,96	0,00	57,14
BIOMM S.A.	12,21	12,21	0,00
BOMBRIL S.A.	10,61	0,00	16,85
BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S/A	53,85	50,00	100,00
BRASKEM S.A.	0,42	0,00	0,96
BRASPÉROLA IND. E COMÉRCIO S/A	3,81	0,00	7,86
BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A.	0,12	0,12	0,00
BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S/A	22,98	22,98	0,00
CARBOMIL S.A.- MINERAÇÃO E INDÚSTRIA	30,00	0,00	100,00
CASA ANGLO BRASILEIRA S.A.	22,34	0,00	37,10
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS	11,86	13,04	7,04
CIA. BRAS. DE PART. AGROINDUSTRIAL	5,87	5,87	0,00
CIA. DE ABAST.D'AGUA E SANEAMENTO DO ESTADO-AL	(*)	0,00	1,27
CIA. DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS	6,27	0,00	11,49
CIA. DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO DO RECIFE - CTTU	11,90	4,73	38,85
CIA. DE TRANSPORTES COLETIVOS DO RIO DE JANEIRO - CTC	1,39	1,39	0,00
CIA. DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO	0,02	0,02	0,00
CIPHER S.A.	23,27	23,27	0,00
CI&T SOFTWARE S/A	30,79	0,00	100,00
COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL - CAB AMBIENTAL	33,42	33,42	0,00
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE	(*)	0,00	0,01
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG	3,46	3,46	0,00
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG	34,56	34,56	0,00
COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	6,40	12,92	3,13
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	23,96	26,41	21,21
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	0,63	0,63	0,00
COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	0,03	0,03	0,00
CPFL ENERGIA S.A.	6,74	6,74	0,00
CTC CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S/A	15,03	15,03	0,00
CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREEND. E PARTICIPAÇÕES	1,28	1,28	0,00
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.	3,76	3,76	0,00
ELEBRA S.A. - ELETRÔNICA BRASILEIRA	(*)	0,00	(*)
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A	18,73	22,56	16,82
EMBRAER S.A.	5,37	5,37	0,00
ENERGISA S.A.	0,46	0,22	0,63
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.	0,95	0,95	0,00
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	1,65	1,65	0,00
ERB - ENERGIAS RENOVÁVEIS DO BRASIL S.A.	8,31	8,31	0,00
ESTRUTURADORA BRASILEIRA DE PROJETOS S.A.	19,61	11,11	44,44
FIBRIA CELULOSE S.A.	29,08	29,08	0,00
GAFISA S.A.	2,59	2,59	0,00
GERDAU S.A.	1,45	0,65	1,85
GRANBIO INVESTIMENTOS S/A	15,00	15,00	0,00
HIDROVIAS DO BRASIL S/A	2,96	2,96	0,00
INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.	21,81	0,00	100,00
INDÚSTRIA DE ALIMENTOS NILZA S.A.	35,00	0,00	100,00
IOCHPE - MAXION S.A.	6,00	6,00	0,00
JBS S.A.	21,32	21,32	0,00
KEPLER WEBER S.A.	0,47	0,47	0,00
KLABIN S.A.	4,50	2,30	5,90
LBR - LÁCTEOS BRASIL S.A.	30,28	30,28	0,00
LIFEMED INDL DE EQUIP E ART MÉDICOS E HOSPITALARES S.A.	22,00	22,00	0,00
LIGHT S.A.	9,39	9,39	0,00
LINX S.A.	5,83	5,83	0,00
LOJAS ARAPUÁ S.A.	4,22	0,00	12,62
MADEF S/A- INDÚSTRIA E COMÉRCIO	20,29	0,00	26,46
MAGNESITA REFRAATÓRIOS S.A.	3,30	3,30	0,00
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.	33,74	33,74	0,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

METALÚRGICA GERDAU S.A.	0,14	0,00	0,21
METANOR S.A. METANOL DO NORDESTE	5,57	0,00	8,36
MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.	1,56	1,56	0,00
NESBER S.A.	20,00	20,00	0,00
NETUNO ALIMENTOS S.A.	33,28	0,00	100,00
NORTEC QUÍMICA S.A.	20,00	20,00	0,00
OCEANA OFFSHORE S.A.	20,00	20,00	20,00
ODEBRECHT TRANSPORT S.A.	10,61	10,61	0,00
OI S.A.	4,63	5,73	0,00
OURO FINO SAÚDE ANIMAL PARTICIPAÇÕES S.A.	12,36	12,36	0,00
PADTEC S.A.	19,25	19,25	0,00
PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES	0,95	0,95	0,00
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	9,67	0,16	22,31
POLY EASY DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A	24,50	0,00	100,00
PRÁTICA PARTICIPAÇÕES S.A.	9,01	0,00	47,40
PROGEN - PROJETOS GERENCIAMENTO E ENGENHARIA S.A.	10,01	0,00	100,00
QUALITY SOFTWARE S.A.	25,99	25,99	0,00
RECEPTA BIOPHARMA S.A.	14,38	14,38	0,00
REDE ENERGIA S.A.	3,29	0,00	10,58
RENOVA ENERGIA S.A.	5,98	2,52	19,03
ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA S.A.	17,86	17,86	0,00
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	0,99	0,99	0,00
RUMO S.A.	4,01	4,01	0,00
S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO CHAPECÓ	29,65	30,12	(*)
SAM INDÚSTRIAS S.A.	5,39	8,06	0,00
SEGURADORA BRASILEIRA DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO	12,09	12,09	0,00
SENIOR SOLUTION S.A.	11,44	11,44	0,00
SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.	3,62	3,62	0,00
STARA SA IND DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS	10,26	10,26	0,00
SUNEW FILMES FOTOVOLTAICOS IMPRESSOS S.A.	25,74	25,74	0,00
SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	6,86	0,00	10,33
TAUM CHEMIE INDÚSTRIA E COM. DE PRODUTOS QUÍMICOS S.A.	36,36	0,00	100,00
TBM - TÊXTIL BEZERRA DE MENEZES S.A.	34,98	42,10	0,00
TECSIS - TECNOLOGIA E SISTEMAS AVANÇADOS S.A.	31,68	35,97	0,00
TIM PARTICIPAÇÕES S.A.	0,24	0,24	0,00
TOTVS S.A.	4,49	4,49	0,00
TPI TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.	6,01	6,01	0,00
TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.	3,38	0,80	5,97
TUPY S.A.	28,19	28,19	0,00
UNITEC SEMICONDUTORES S.A.	33,02	40,67	0,00
VALEPAR S.A.	9,47	11,51	0,00
VALE S.A.	5,20	6,41	3,26
ZENVIA MOBILE SERVICOS DIGITAIS S.A.	12,83	12,83	0,00

(*) Percentual inferior a 0,01%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**CARTEIRA DE DEBÊNTURES - POSIÇÃO: 30/06/2017**

Empresas	Quantidade debêntures
AG TEL PARTICIPACOES S/A	78.125
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE	270
COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS	134.085
COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS	43.069
COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA	3.000
CONTAX PARTICIPACOES S/A	253.362
CONTEM 1G S/A	1.129.730
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA	4.913
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN	30
EMPRESA BAIANA DE AGUAS E SANEAMENTO S/A - EMBASA	300
ENERGISA S/A	998.802
COMPANHIA DE GAS DE MINAS GERAIS - GASMIG	158.100
HYPERMARCAS S/A	527.753
INEPAR S/A - INDUSTRIA E CONSTRUÇÕES	54.510.969
IOCHPE-MAXION S/A	48.000
KLABIN S/A	57.660.024
METALURGICA GERDAU S/A	7.371
NOVA ASA BRANCA I ENERGIAS RENOVÁVEIS	947
NOVA ASA BRANCA II ENERGIAS RENOVÁVEIS	947
NOVA ASA BRANCA III ENERGIAS RENOVÁVEIS	947
NOVA EUROS ENERGIAS RENOVÁVEIS	947
ODEBRECHT ENERGIA PARTICIPAÇÕES S/A	200.000
REFINARIA ALBERTO PASQUALINI S/A - REFAP	50.799
COMPANHIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO - SABESP	90
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR	5.085
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS	31.900
TOTVS S/A	78.912
VALE S/A	8.338.046
VENTOS DE SÃO URIEL	947

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as informações financeiras intermediárias

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

BNDES Participações S.A.

Brasília – DF

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da BNDES Participações S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 – Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e “ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias

Não revisamos, nem foram revisadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis da JBS S.A. (“JBS”) para o período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2017. Como consequência, não nos foi possível concluir quanto à adequação dos valores representativos de tal investimento naquela data no montante de R\$ 5.596.973 mil e do correspondente ganho de equivalência patrimonial no montante de R\$ 60.723 mil registrado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 (perda de equivalência patrimonial de R\$ 135.352 mil no período de três meses findo em 30 de junho de 2017), com base no patrimônio líquido dessa investida, como divulgado na Nota explicativa 4.3.2.

Adicionalmente, conforme mencionado Nota explicativa 4.3.4, devido à falta de divulgação pela JBS de demonstrações contábeis revisadas ou auditadas em 30 de junho de 2017, dos possíveis efeitos decorrentes de investigações internas e externas envolvendo a JBS no âmbito da “Operação Lava Jato”, da ausência de um plano de negócios atualizado e redimensionado, bem como da existência de incertezas significativas correlacionadas as premissas a serem utilizadas para a elaboração de uma avaliação econômico-financeira (teste de impairment), a Administração da Companhia decidiu adiar a realização do teste de impairment da JBS para o segundo semestre de 2017, quando entende que haverá base para uma estimativa confiável do valor recuperável do investimento. Conseqüentemente, não nos foi possível determinar se teria havido a necessidade de ajuste ao valor recuperável (impairment) do investimento em 30 de junho de 2017.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto quanto ao assunto mencionado no parágrafo base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período de três e seis meses do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e ao período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados de 06 de março de 2017 e 08 de agosto de 2016, respectivamente, sem modificação.

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2017.

Ana Cristina Linhares Areosa

CT CRC RJ-081.409/O-3 "S" – DF

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC SP-025.583/O-1 "S" – DF